



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-
AMERICANO DE ECONOMIA
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**POLITICAS PUBLICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: LIMITES E
DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU**

**LESLEY SABRINA DA ROSA
MARIA LICINIA CARNEIRO NERIS**

Foz do Iguaçu
2021



**INSTITUTO LATINO-
AMERICANO DE ECONOMIA SOCIEDADE
E POLÍTICA (ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**POLITICAS PUBLICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: LIMITES E
DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU**

**LESLEY SABRINA DA ROSA
MARIA LICINIA CARNEIRO NERIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^a. Dra. Talita de Melo Lira.

Foz do Iguaçu
2021

LESLEY SABRINA DA ROSA
MARIA LICINIA CARNEIRO NERIS

**POLITICAS PUBLICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: LIMITES E
DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Talita de Melo Lira
UNILA

Prof. Dra. Gisele Caroline Ribeiro Anselmo
UNILA

Prof. Msc. Elmides Maria Araldi
UNILA

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): LESLEY SABRINA DA ROSA; MARIA LICINIA CARNEIRO NERIS

Curso: SERVIÇO SOCIAL

	Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	<input type="checkbox"/> artigo
<input type="checkbox"/> especialização	<input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso
<input type="checkbox"/> mestrado	<input type="checkbox"/> monografia
<input type="checkbox"/> doutorado	<input type="checkbox"/> dissertação
	<input type="checkbox"/> tese
	<input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais
	<input type="checkbox"/> _____

Título do trabalho acadêmico:

POLITICAS PUBLICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: LIMITES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU

Nome do orientador(a): TALITA DE MELO LIRA

Data da Defesa: 24/09/2021

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

Assinatura dos Responsáveis

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer primeiramente a Deus por ter nos dado força, saúde e entendimento para conseguirmos chegarmos até aqui, a caminhada não foi fácil, mas com persistência chegamos.

A nossa querida orientadora Talita que a cada orientação nos motivava, obrigada pela sua paciência e dedicação conosco saiba que sem sua ajuda e empenho não conseguiríamos chegar até aqui vamos ser gratas a senhora a vida inteira, saiba que você é nosso espelho em nossa vida profissional e onde formos teremos orgulho em dizer que tivemos nossa mestra como orientadora.

Aos nossos amigos que sempre compreenderam as nossas faltas nos convites que realizavam, saibam que os apoios de vocês foram necessários para chegarmos até aqui.

A Universidade Federal de Integração Latina Americana - UNILA, pela oportunidade de se formar nessa conceituada academia, orgulho em dizer que estudamos em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Aos nossos professores que nos acompanharam nessa universidade nosso carinho e respeito a cada um de vocês aprendemos muito com cada um.

Eu Lesley Sabrina, em especial quero dedicar esse trabalho aos meus familiares, mas em especial, a in memória ao meu pai Edelir Sangalli, a minha madrastra Vanilde Marsango Sangalli e as minhas irmãs Caroline Julia e Eduarda Luiza quero que saibam que sem o apoio e aquela famosa frase “está acabando, só mais um pouco”, eu não teria acabado, minha eterna gratidão.

Eu Maria Licínia Neris dedicar esse trabalho as minhas filhas Talyta Neris e Thais Neris e em especial ao meu marido Hernany Neris que não me deixou desistir e que sempre disse que eu era capaz. Aos meus amigos de vida inteira e da igreja que sempre me incentivaram a concluir e me ajudaram sempre orando onde estiveram para me ajudar.

E também a minha companheira de dupla que fomos fortes e corajosas não nos abandonando nos momentos mais difíceis a nenhuma desistir. Obrigada por termos feitos desses cinco anos uma parceria incrível cheia de tropeços, mas foram ensinamentos que levaremos para a vida.

Obrigada e nossa eterna gratidão a todos que colaboraram para mais esse ciclo que se encerra em nossas vidas.

A RUA

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. É este mesmo o sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste às idades e às épocas. Tudo se transforma, tudo varia — o amor, o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o riso, mais dolorosa a ironia, os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica, legado das gerações cada vez maior, o amor da rua.

A rua! Que é a rua? Um cançonetista de Montmartre fá-la dizer:

*Je suis la rue, femme éternellement verte,
Je n'ai jamais trouvé d'autre carrière ouverte
Sinon d'être la rue, et, de tout temps, depuis
Que ce pénible monde est monde, je la suis...*

Autor: João do Rio

ROSA, Lesley Sabrina; NERIS, Maria Lícínia Carneiro. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: LIMITES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU**. 2021.72 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Educação Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de tem como objeto de pesquisa a situação de rua, entendido neste trabalho como uma face da questão social que precisa ser melhor estudada pelo Serviço Social. A aproximação do tema ocorreu em decorrência do Estágio Curricular Obrigatório, realizado no Centro de Referência Especializado para a Pessoa em Situação de Rua – CREAS POP, no Município de Foz do Iguaçu – PR. A pesquisa teve como objetivo geral: Analisar as políticas públicas voltadas para a População em Situação de Rua em Foz do Iguaçu. Dentre os objetivos específicos: Mapear as Políticas Públicas voltadas para as populações em situação de rua; identificar o perfil da População em Situação de Rua em Foz do Iguaçu; analisar os desafios para o acesso as Políticas Públicas desse segmento em Foz do Iguaçu. O problema de pesquisa deste trabalho consiste em elucidar a seguinte questão: Quais os principais desafios que envolvem a implementação de políticas públicas voltadas para População em Situação de Rua em Foz do Iguaçu. A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem quanti-qualitativa tendo como método de investigação, o histórico-crítico. Para alcançar os objetivos propostos, optou-se no trabalho pela pesquisa documental, realizada por meio do levantamento documental nas instituições que atuam junto aos moradores em situação de Rua em Foz do Iguaçu, bem como junto à Divisão da Vigilância Socioassistencial da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. No que diz respeito à relevância social, esta é evidenciada na própria escolha do tema, uma vez que em muitos casos os moradores de rua são in (visibilizados) tanto pelo poder público quanto pela sociedade. Assim, trata-se, de modo concreto, em contribuir para dar visibilidade a esse segmento da população tão estigmatizado bem como valorizá-los como cidadãos de direito que merece respeito. No que concerne à relevância acadêmico-científica, esta se expressa nesse estudo através da: 1) produção de novos conhecimentos sobre os moradores em situação de Rua em Foz do Iguaçu; 2) oportunidade de produção de subsídios qualificados para formulação de Políticas Públicas voltadas para esse segmento em Foz do Iguaçu; 3) contribuição para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional e nacional sobre a referida temática. Nesse sentido, em que pese às limitações do trabalho, este trabalho visa à produção de conhecimentos técnicos e científicos, a partir de um olhar do Serviço Social, em consonância com as necessidades reais das populações em situação de rua.

Palavras-chave: Políticas Públicas, População em Situação de Rua, Pobreza.

ROSA, Lesley Sabrina; NERIS, Maria Licínia Carneiro. **PUBLIC POLICIES FOR THE STREET POPULATION: LIMITS AND CHALLENGES IN IMPLEMENTATION IN FOZ DO IGUAÇU.** 2021.72 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Educação Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

This Final Paper has as its object of research the homeless situation, understood in this work as a face of the social issue that needs to be better studied by the Social Service. The theme was approached as a result of the Mandatory Curricular Internship, held at the Specialized Reference Center for Homeless People - CREAS POP, in the Municipality of Foz do Iguaçu – PR. The research aimed to analyze the public policies aimed at the Homeless Population in Foz do Iguaçu. Among the specific objectives, the following stand out: to map Public Policies aimed at homeless populations; identify the profile of the Homeless Population in Foz do Iguaçu; analyze the challenges for accessing Public Policies in this segment in Foz do Iguaçu. The research problem of this work is to elucidate the following question: What are the main challenges for the implementation of public policies aimed at the homeless population in Foz do Iguaçu. This research was developed from a quasi-qualitative approach with the historical-critical investigation method. In order to achieve the proposed objectives, the work opted for documentary research, carried out through a documentary survey in institutions that work with homeless residents in Foz do Iguaçu, as well as with the Social Assistance Surveillance Division of the Municipality of Foz do Iguaçu. With regard to social relevance, this is evident in the choice of theme, since in many cases homeless people are made invisible by both the government and society. Thus, it is about, in a concrete way, to contribute to give visibility to this segment of the population that is so stigmatized as well as valuing them as citizens with rights that deserve respect. With regard to academic-scientific relevance, this is expressed in this study through: 1) production of new knowledge about homeless residents in Foz do Iguaçu; 2) opportunity to produce qualified subsidies for the formulation of Public Policies aimed at this segment in Foz do Iguaçu; 3) contribution to the debates in different forums at regional and national level on the referred theme. In this sense, despite the limitations of the work, this work aims to produce technical and scientific knowledge, from a Social Service perspective, in line with the real needs of homeless populations.

Keywords: Public Policies, Homeless Population, Poverty.

ROSA, Lesley Sabrina; NERIS, Maria Licinia Carneiro. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA POBLACIÓN CALLEJERA: LÍMITES Y RETOS DE APLICACIÓN EN FOZ DO IGUAÇU.** 2021.72p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Educação Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMEN

Este Trabajo Final tiene como objeto de investigación la situación de las personas sin hogar, entendida en este trabajo como un rostro de la problemática social que necesita ser mejor estudiado por el Servicio Social. El abordaje del tema se produjo como resultado de la Pasantía Curricular Obligatoria, logrado en el Centro de Referencia Especializado para Personas sin Hogar - CREAS POP, en el Municipio de Foz do Iguazú - PR. La investigación tuvo como objetivo general analizar las políticas públicas dirigidas a la población sin hogar en Foz do Iguazú. Entre los objetivos específicos destacan los siguientes: mapear Políticas Públicas dirigidas a poblaciones sin hogar; identificar el perfil de la población sin hogar en Foz do Iguazú; analizar los desafíos para acceder a las Políticas Públicas en este segmento en Foz do Iguazú. El problema de investigación de este trabajo es dilucidar la siguiente pregunta: ¿Cuáles son los principales desafíos que involucran la implementación de políticas públicas dirigido a la población sin hogar de Foz do Iguazú. Esta investigación se desarrolló a partir de un enfoque cuati-cualitativo teniendo como método de investigación el histórico-crítico. Para lograr los objetivos propuestos, se eligió la investigación de documentos en el trabajo, realizado a través de una encuesta documental en instituciones que trabajan con residentes sin hogar en Foz do Iguazú, así como con la División de Vigilancia de la Asistencia Social del Municipio de Foz do Iguazú. En cuanto a la relevancia social, esto se evidencia en la elección del tema, ya que en muchos casos las personas sin hogar son invisibilizadas tanto por el gobierno como por la sociedad. . Así, se trata, de forma concreta, de contribuir a dar visibilidad a estos segmentos de la población estigmatizados y valorados como ciudadanos de derecho que merecen respeto. En cuanto a la relevancia académico-científica, esto se expresa en este estudio a través de: 1) producción de nuevos conocimientos sobre los residentes sin hogar en Foz do Iguazú; 2) oportunidad de producir subsidios calificados para la formulación de Políticas Públicas dirigido a este segmento en Foz do Iguazú; 3) Contribución a los debates en diferentes foros a nivel regional y nacional sobre el tema referido. En este sentido, a pesar de las limitaciones del trabajo, este trabajo tiene como objetivo producir conocimiento técnico y científico, desde la perspectiva del Servicio Social, en consonancia con las necesidades reales de las poblaciones sin hogar.

Palabras clave: Políticas Públicas, Población sin Hogar, Pobreza.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CIAMPRUA	Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS POP	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua
CNAS	Conselho Nacional de Assistência
DIPE	Diretoria de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INRUA	Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social.
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua.
PAIF	Proteção e Atendimento Integral a Família
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SEAS	Secretaria de Assistência Social
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos
SINAN	Sistema de Informações de Agravos de Notificações
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A POBREZA.....	17
2.1 POBREZA: UM BREVE DEBATE CONCEITUAL.....	17
2.2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: OS INVISÍVEIS SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	20
2.3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	24
3 A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	344
3.1 POLITICAS DE ASSISTENCIA SOCIAL NO BRASIL.....	36
3.2 POLITICAS PUBLICAS EM FOZ DO IGUAÇU.....	44
4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: LIMITES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU”	52
4.1 PERFIS DA POPULAÇÃO DE RUA EM FOZ DO IGUAÇU.....	54
4.2 DESAFIOS DO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto de uma caminhada no curso de graduação em Serviço Social da Universidade da Integração Latino Americana – UNILA.

O Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982). A matéria prima da profissão de Serviço Social no Brasil é a Questão Social entendida como:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos [...]. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal [...] (IAMAMOTO, 2006, p. 20-21).

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a situação de rua, entendido neste trabalho como uma face da questão social que precisa ser melhor estudada pelo Serviço Social. A aproximação do tema ocorreu em decorrência do Estágio Curricular Obrigatório, realizado no Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – CREAS POP, no Município de Foz do Iguaçu – PR, realizado no ano de 2018.2 e 2019.1, 2019.2, sendo a última parte do estágio concluída somente em 2021.1, em decorrência da pandemia decretada no dia 20 de março de 2020 em todo território brasileiro.

O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua um Órgão da Assistência Social ligado a Prefeitura Municipal, serviço da Proteção Especial de Média Complexidade que presta atendimento à população em situação de rua, essas pessoas se encontram dessa forma por ter os vínculos familiares rompidos e ou fragilizados, em pobreza extrema acomodando-se em lugares públicos pela total inexistência de moradia convencional.

Durante a experiência do estágio, observou-se a relevância da face da questão social que envolve a população em situação de rua, e os desafios enfrentados por esse segmento, pois a população nessa situação é historicamente rotulada. Quando não se conhece a população em situação de rua, costuma-se

julgar, bem como criminalizá-los, responsabilizando quem deveria ter seus direitos respeitados.

O presente trabalho tem como objetivo geral: analisar as políticas públicas voltadas para a População em Situação de Rua em Foz do Iguaçu. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: mapear as Políticas Públicas voltadas para as populações em situação de rua; identificar o perfil da População em Situação de Rua em Foz do Iguaçu; analisar os desafios para o acesso as Políticas Públicas desse segmento em Foz do Iguaçu. O problema de pesquisa deste trabalho consiste em elucidar a seguinte questão: Quais os principais desafios que envolvem a implementação de políticas públicas voltadas para população em situação de rua em Foz do Iguaçu.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, parte-se do pressuposto que o desenvolvimento de um trabalho de investigação científica revela o caminho que dará suporte ao entendimento da realidade social, isto é, o caminho que o pesquisador trilhará para concretizar os seus objetivos. Nesse sentido, entende-se que o procedimento metodológico se constitui um dos momentos chave do processo de investigação, no qual o método não se limita a aplicação de um conjunto de técnicas, mas “diz respeito a fundamentos e processos, nos quais se apoia a reflexão” (OLIVEIRA, 1998, p. 21).

Deste modo, apreende-se que este processo não é constituído apenas pela mera aplicação de técnicas e instrumentos de coleta de informações, mas o mesmo extrapola o plano técnico-operacional e possibilita articular conteúdo, pensamentos, conhecimentos e existência na constituição de argumentos, explicação e interpretação dos fenômenos da realidade. Para tanto, será utilizado o aprofundamento teórico das categorias Pobreza, Trabalho Políticas Públicas e População em Situação de Rua, utilizando os seguintes autores: Maria Lúcia Lopes Silva (2009), Oliveira 1998, Behring e Boschetti 2007, entre outros.

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem quanti-qualitativa tendo como método de investigação, o histórico-crítico. De acordo com Frigotto (2000, p.88) o trabalho de investigação baseado neste método inicia pelo “[...] resgate crítico da produção teórica ou do conhecimento já produzido sobre a problemática em jogo”. A partir daí o objeto será apreendido em seus aspectos gerais para proceder a uma análise das suas partes constituintes, mas sempre considerando a totalidade e suas relações históricas.

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se no trabalho pela pesquisa documental, que Segundo Fonseca (2002):

[...] a pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.[...] (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa documental foi realizada por meio do levantamento documental nas instituições que atuam junto aos moradores em situação de Rua em Foz do Iguaçu, bem como junto à Divisão da Vigilância Socioassistencial da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Para tal, foi realizado contatos institucionais para solicitação e fornecimento de informações sobre a População em Situação de Rua em Foz do Iguaçu (Documentos históricos, Relatórios Técnicos, Leis), os quais foram repassados via e-mail. O levantamento documental também foi realizado nos *sites* que possuem informações qualificadas sobre a População em situação de rua como também as percepções feitas em decorrência do Estágio Curricular Obrigatório.

No que se refere à tabulação e tratamento dos dados, segundo Lakatos e Marconi (2001) os dados analisados é a fase mais importante, é a partir dela, que poderá apresentar os resultados e a conclusão da pesquisa. Para realizar a tabulação da pesquisa foi lançada mão de recursos computacionais para organizar os dados obtidos na pesquisa documental, os quais darão suporte à elaboração de tabelas, quadros e gráficos. A análise foi feita em consonância aos objetivos da pesquisa. Para Triviños (1987, p.161), o processo de análise de conteúdo pode ser feito da seguinte forma: pré-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização), interpretação referencial (tratamento e reflexão).

No que diz respeito à relevância social, esta é evidenciada na própria escolha do tema, uma vez que em muitos casos a População em Situação de rua são esquecidos tanto pelo poder público quanto pela sociedade. Assim, trata-se, de modo concreto, em contribuir para dar visibilidade a esse segmento da

população tão estigmatizado bem como valorizá-los como cidadãos de direito que merece respeito.

No que concerne à relevância acadêmico-científica, esta se expressa nesse estudo através da: 1) produção de novos conhecimentos sobre a População em Situação de Rua em Foz do Iguaçu; 2) oportunidade de produção de subsídios qualificados para formulação de Políticas Públicas voltadas para esse segmento em Foz do Iguaçu; 3) contribuição para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional e nacional sobre a referida temática.

Nesse sentido, em que pese às limitações este trabalho visa à produção de conhecimentos técnicos e científicos, a partir de um olhar do Serviço Social, em consonância com as necessidades reais das populações em situação de rua.

Portanto, segundo o Código de Ética do Assistente Social de 1993 entende-se que o Serviço Social é uma profissão comprometida em atuar em prol da afirmação do caráter emancipatório, na defesa radical dos direitos humanos e na contribuição e formulação e operacionalização das políticas públicas e sociais, como também atuar no combate às desigualdades sociais e na promoção e protagonismo desses sujeitos, tendo como baliza o código de ética da profissão de 1993, que garante a liberdade, defesa dos direitos humanos e recusa do autoritarismo, consolidação da cidadania, com posicionamento em favor da equidade e da justiça social, no empenho e eliminação de todas as formas de preconceito a garantia do pluralismo, como também uma opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, articulada com outras categorias profissionais, garantir um compromisso profissional sem discriminação.

Dessa forma, a presente pesquisa visa contribuir para dar visibilidade a expressão da “Questão Social” sobre a População em Situação de Rua, e em que pese os limites desse trabalho, contribuir com informações qualificadas para subsidiar Políticas Públicas voltadas esse segmento, entendendo-os como cidadãos de direito.

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A POBREZA

Nas ruas das cidades brasileiras e em especial em Foz do Iguaçu, é comum encontrar os moradores em situação de rua, pessoas que não possuem uma moradia convencional regular e fazem das ruas seu lugar de moradia. Esse segmento populacional são muitas vezes invisibilizados pelo Poder Público, são estigmatizados e sofrem com a falta de acesso a bens e serviços sociais.

Neste trabalho, parte-se do entendimento que a População em Situação de Rua são uma face da Questão Social, que precisa ser melhor investigada pelo Serviço Social. Para uma melhor compreensão do objeto de estudo, neste primeiro capítulo será abordada, primeiramente, a categoria de análise pobreza, no segundo momento será realizada uma breve contextualização sócio histórica da população em situação de rua na sociedade capitalista, e por fim, fazer uma breve abordagem dos moradores em situação de rua no Brasil.

2.1 POBREZA: UM BREVE DEBATE CONCEITUAL

A pobreza simboliza umas das mais perversas mazelas sociais alastradas no seio da sociedade, essa problemática sempre se fez presente com diferentes faces, contudo, na sociedade capitalista ela tem revelado sua face mais perversa.

Para embasar esse argumento, parte-se da abordagem de Netto (2001) que afirma que a pobreza sempre existiu, mas foi a partir da primeira etapa industrializante na Europa ocidental no século XIX, que o fenômeno da pobreza se generalizou sem precedentes históricos, passando a atingir em larga escala a população trabalhadora no contexto da emergência do capitalismo urbano-industrial. Esse novo fenômeno foi nomeado de – *pauperismo*, pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza. Conforme Netto (2001):

A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa); o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. (NETTO, p.

46, 2001).

Em seu livro *O Capital*, o autor Karl Marx enfatiza que a pauperização também é uma maneira com que os indivíduos acabam sendo excluído da sociedade não por desejo dele, mas pelas situações em torno deles que forçam a isso revelando não só a pobreza e a fome, mas as doenças, as condições insalubres em que moravam mostrando desde ali as desigualdades sociais explícitas na sociedade capitalista.

Marx explica:

[...] Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional [...] (MARX, 1988a, p. 462- 463).

Os donos das fabricas perceberam que além das máquinas que baixavam o custo e geravam lucros também podiam explorar a Mão de obra barata usando as mulheres, crianças, pois pagavam menos, e os mesmos ajudavam no sustento de suas famílias, sendo assim a rentabilidade nas indústrias só crescia. Segundo Marx, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja-a miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada subalterna da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei geral da acumulação capitalista.

Marx no seu livro *O Capital*, identificou Três formas da superpopulação relativa: flutuante, latente e estagnada. A primeira forma corresponderia ao fluxo contínuo de atração e repulsão dos trabalhadores nos “centros da indústria moderna – fábricas, manufaturas, fundições e minas etc.” A segunda forma, latente, corresponde à constante disponibilidade de trabalhadores do campo, “liberados” (proletarizados) pelo avanço da agricultura propriamente capitalista, gerando tanto uma superpopulação latente no próprio campo, cujo fluxo para os centros urbanos acaba por ser - quando possível - uma compulsão fortíssima, diante dos baixíssimos salários e do pauperismo rurais. Por fim, a terceira

categoria - estagnada - é composta pelo setor ativo da classe trabalhadora que ocupa as ocupações mais irregulares, como o trabalho domiciliar, por jornada, etc.

Marx acrescenta a essas três formas um “sedimento mais baixo”, que habita o “pauperismo”. O pauperismo é por ele dividido em três categorias: aptos a trabalhar; órfãos e filhos de indigentes (candidatos ao exército industrial de reserva); e, em terceiro lugar, os “degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”. Além das camadas de pauperismo ainda existe o *lumpém* proletariado que seriam os “vagabundos, delinqüentes e prostitutas”. Uma classe desprovida tanto socialmente como sem nenhuma consciência de classe e que não tinha nenhum interesse na revolução e luta dos trabalhadores, vivem em situação de miséria absoluta, fora do mercado formal de trabalho, e passou a ser associado àqueles que têm índole duvidosa, e o marxismo os classifica como classe perigosa por serem suscetíveis aos interesses da classe burguesa e de serem facilmente manipulados. Em consonância com Netto (2001), foi a partir do surgimento do pauperismo que a expressão *Questão Social* passou a ser utilizada por volta de 1830 para evidenciar um fenômeno novo.

Numa abordagem mais contemporânea, o conceito da pobreza tem sido tratado como um fenômeno multidimensional, “portanto ela não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é uma categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidade, de impossibilidades e de esperança”, de vislumbrar um futuro como afirma José de Souza Martins (MARTINS, 1991, p. 15).

Para alguns autores como Rocha (2003, p.9), a “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica com a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Na mesma linha Osório, Soares e Souza (2011, p.9), afirmam que “definir pobreza em linhas gerais é relativamente fácil: é o estado de privações de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que a sociedade é moralmente obrigada a garantir”. Essa análise parece rasa, mas não quer dizer que elas não estão corretas, mas se faz necessário ver a pobreza para além desse conceito.

A pobreza deve ser analisada como falta do acesso dos indivíduos a bens e serviços que lhe garantam uma qualidade melhor na vida, as muitas faces dessa pobreza nas moradias insalubres, de lugares longínquos de inexistência de água, luz saneamento básico como também a educação, saúde, vestiário, proporcionando aos cidadãos uma condição mais digna de sobrevivência, mesmo

que a renda se configure como primordial para mensurar a pobreza o acesso aos bens recursos e serviços precisam estar presentes para definir o estado de pobreza. Nesse sentido, Yazbek afirma que os pobres estão:

Submersos numa ordem social que os desqualifica, marcados por clichês: “inaptados”, “marginais”, “problematizados” portadores de altos riscos, casos sociais, alvo de pedagogias de regulamento e promoção (verdes. leroux, 1986) os pobres representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira (YASBEK, 2003, p. 22).

Se a pobreza fosse conceituada como necessidade, essa carência não teria causa social, pois a pobreza tem em seu cerne a injustiça, ela tem um viés de *status* social que inferioriza e deprecia, e para melhor compreendê-la seria bom dizer que ela vem trazendo consigo parte da dinâmica dialética da sociedade que é dividida entres os que concentram privilégios e os que trabalham para a manutenção desses privilégios a outros. Como afirma Demo (1994) ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter.

Ao partir de uma perspectiva teórica marxiana do capitalismo, em especial, da lei geral da acumulação, entende-se a pobreza como expressão máxima da “questão social” – somente pode ser entendida quando considerada a partir da incapacidade de reprodução social autônoma dos sujeitos que, na sociedade capitalista, remete de modo central ao trabalho.

2.2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: OS INVISÍVEIS SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Em consonância com Hobsbawn (1991), as novas relações econômicas, políticas e sociais estabelecidas nas regiões urbanas, criaram novas relações jurídicas e de poder. O mercantilismo propicia a acumulação primitiva do capital, que será o embrião do capitalismo, fazendo emergir uma nova concepção de propriedade privada, não só do uso da terra, mas também da mão de obra, esta última se constituiu como mercadoria, adquirida pela exploração da força de trabalho, ademais, as relações mercantilistas legitimaram o valor de uso das mercadorias, estabelecidas pelos donos dos meios de produção, ou seja, a burguesia, que incentivava o individualismo e o aumento da produção.

Além disso, a burguesia investiu em novas invenções tecnológicas, como por exemplo, a máquina de tecer manual, que foi substituída pela máquina movida pela energia mecânica do vapor, agregando mais valia à mercadoria e lucros astronômicos aos burgueses. Aliado a tudo isso, a busca de novos mercados consumidores e fornecedores de novas matérias primas, promoveu o enriquecimento ainda mais um segmento social, no caso a burguesia, enquanto que os trabalhadores passam a terem péssimas condições de trocas nas relações de produção (HOBBSAWN, 1991).

A acumulação primitiva do capital possibilitou mudanças nas relações de força e de produção, a classe dominante legitimou o seu poder construindo as instituições políticas, principalmente o Estado Nação, para garantir os direitos à apropriação dos meios de produção e da propriedade privada:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos de acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos. (MARX, 1988b, p. 850).

O Estado emergente das transformações econômicas, políticas e sociais, favorecem a manutenção do domínio e da exploração do proletariado. Ao conquistarem o campo para a agricultura capitalista, ocorre um aumento da produção de alimentos, o que gera o excedente agrícola, pois a capacidade produtiva aumenta consideravelmente devido às novas tecnologias agrárias. Assim, muitos que não viviam da agricultura puderam direcionar sua capacidade produtiva para outros setores da produção. Portanto, o surgimento do capitalismo, está intimamente relacionado ao campo, pois as novas práticas de produção visavam à produção para o mercado proporcionou o acúmulo de capital, depois migrou para outros setores produtivos, como o financeiro, industrial, siderúrgico, entre outros. (WOOD, 2000).

Ellen Wood (2000), também ressalta que os trabalhadores passam a receber somente o necessário para a sua sobrevivência e para mantê-los como força de trabalho. Na sociedade capitalista o eixo principal é o trabalho que se compreende como base na produção da riqueza. Conforme escreve Assis (2010), por meio do Materialismo Histórico: “que os homens não seriam meros seres

contemplativos do mundo ou apenas produtos do meio, (desta forma refuta as teses deterministas) e os faz produtores da história”. Marx (1988), ainda sustentou que a produção capitalista é permeada por incontáveis contradições, que se dão no plano das classes sociais, sendo a burguesia a detentora dos meios de produção, como classe dominante.

No modo de produção capitalista, o trabalhador que possui apenas sua força de trabalho, necessita vendê-la para garantir a própria subsistência, e sem o trabalho, qualquer ser humano fica excluído desse processo. Dessa forma, está intrinsecamente ligado à construção da identidade do sujeito e suas relações sociais, por meio do trabalho nos reproduziram como homens e ao transformar a natureza imprimindo nela nossos intentos para suprir nossas, necessidades:

[...] Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a ao mesmo tempo modifica sua natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais [...]; não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho [...]; pressupomos o trabalho sob forma exclusiva humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (MARX, 1988b. p. 202).

Segundo Marx (1988), o trabalho é uma ação humana, essa ação transforma a natureza, são os sujeitos ativos, por trás de toda mercadoria, tem um trabalhador. A exploração dessa força de produção é um dos pilares do sistema capitalismo. O trabalho compreendido como um meio pelo qual o indivíduo possui para se manter e sobreviver estão inseridos dentro de uma ideologia capitalista, os que por quaisquer motivos não se adequam a essa realidade, são excluídos e se tornam invisíveis diante da sociedade capitalista.

Conforme Silva (2009), o indivíduo que está inserido no mercado de trabalho formal é entendido pela sociedade como alguém que mantém uma dignidade social, enquanto os que não estão inseridos são vistos como indignos, uma vez que não geram renda e não possuem poder de compra, sofrendo assim, preconceito algumas vezes velado, outras, explícitos.

O trabalho formal está intimamente relacionado com a sociedade capitalista onde a desigualdade social é constantemente reproduzida. A população em situação de rua por não estar inserida no mercado laboral, fica cada vez mais excluída, segregada, atingindo em grandes proporções a vida e as relações sociais dessa população (SILVA, 2009). Entende-se que essa face da questão social que é a situação de rua, se dá em consequência da acumulação desigual da riqueza, pois o modo de produção capitalista, desde que surgiu vem trazendo um rastro de miséria para àqueles que possuem apenas a força de trabalho.

Segundo Silva (2009), no Brasil, a maior parte da População em Situação de Rua vivenciou essa condição antes da situação de rua e muitas pessoas assumem o trabalho informal, sobretudo aquelas que realizam atividades como vigia, lavador de carro, engraxate, catador de materiais recicláveis, entre outras ocupações, principalmente do setor não organizado (SILVA, 2009, p. 100). E por mais absurdo que se apresenta essa lógica se a riqueza aumenta, a pobreza deveria diminuir, mas se dá o contrário e isso é devido a distribuição desigual.

Uma das lógicas do capitalismo é a acumulação, objetiva-se a redução do número de pessoas ao mercado de trabalho aumentando suas tarefas e obrigações tornando-os cada vez mais explorados, ou com a implementação das máquinas permitindo a ampliação da produção e reduzindo a mão de obra humana. No dizer de Marx, “o pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1988b, p. 747).

Silva (2009) ponderou ainda, que dessa forma o modo capitalista de produção em regra geral, promove a acumulação de miséria proporcionalmente a acumulação do capital, pois a riqueza se concentra em mãos de poucos, mas ela foi perdida em outras. Constituído pelos que possuem sua força de trabalho para trocar no mercado de coisas, e esses em sua grande maioria estão sem nenhum tipo de trabalho ou algum acesso social para sobreviver.

A lógica do capital atinge a subjetividade dos sujeitos que passam a mediar apegos a partir do trabalho, que lhe geram não apenas valores financeiros, mas trazem a eles maior liberdade de compra e suprimento de necessidades, e também valores subjetivos que nas relações sociais produzem por um lado relações de respeito mútuo por aqueles que participam ativamente do mercado formal de trabalho (SILVA, 2009).

Em consonância com Antunes (2003.p.88) a superação da sociedade de trabalho abstrato [...] requer como condição o reconhecimento do papel central do trabalho assalariado [...] como sujeito potencialmente capaz, objetiva e subjetivamente, de caminhar para além do Capital”.

Tendo isto observado, as pessoas em situação de rua por não fazerem parte do trabalho assalariado desenvolvem trabalhos manuais tendo como referência as atividades informais, assim a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua cita:

[...] Contudo, a maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal: apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Esta não é uma situação ocasional: 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira de trabalho assinada. [...] (BRASIL, 2008, p. 12).

Para Silva (2009), tal situação leva essa população a serem ainda mais estigmatizados e rotulados como: inúteis, vagabundos e preguiçosos entre outros, deixando claro que esse modo de produção usa a meritocracia evidenciando de forma errônea que todos os cidadãos possuem a mesma oportunidade, esquecendo-se de referenciar a produção social, que é dividida de forma totalmente desigual, concentrando toda riqueza social produzida na mão de poucos, isso está atrelado ao pensamento de padronização, o sujeito em Situação de Rua por não se enquadrarem nos padrões considerados ideais pela sociedade, é transferido a ele mesmo esses estigmas de padrões.

2.3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Segundo Silva (2009) não é possível datar o surgimento da População em Situação de Rua no Brasil por falta de documentos históricos que trate sobre esse assunto em específico. Entretanto, parte-se do pressuposto de que essa condição social de algumas pessoas está intrinsecamente relacionada à estrutura do sistema capitalista conforme debatido no ponto anterior. Ao analisar a História do Brasil, pode-se afirmar que desde a sua colonização pelos portugueses, a colônia brasileira foi inserida na lógica mercantilista, como dito anteriormente, sendo esta para alguns autores, a forma embrionária do capitalismo. Na concepção

inicial, a nova colônia seria constituída como uma empresa colonial, fornecedora de matérias primas, tendo suas riquezas expropriadas e enviadas pelos portugueses para ser transformada em países como a Inglaterra, que as transformavam em mercadorias industrializadas (PRADO JÚNIOR, 2000).

A partir do momento que o Brasil passou a ser povoado, no projeto colonizador, optou-se por um modelo econômico e político, que consistia em dividir o vasto território em grandes latifúndios de terras doados aos fidalgos portugueses. Os povoadores deveriam ser capazes de produzirem e explorarem gêneros que tivessem interesse no comércio consumidor europeu. O modelo da organização da sociedade também seguiu o modelo europeu. Os proprietários de terras seriam os donos dos meios de produção e os trabalhadores, na sua grande maioria escravos, seriam os geradores da riqueza dos produtos tropicais, e sem direitos sociais, políticos e econômicos (PRADO JÚNIOR, 2000).

Para Sodré (1994) mesmo após a independência do Brasil (1822), a lógica política, econômica e social continuou basicamente inalterada. A independência do Brasil foi comandada pela classe colonial vinculada à burguesia europeia. Não houve grandes rupturas, pois houve uma continuidade na produção de monoculturas, visando o mercado externo, mesmo com o rompimento com Portugal, a ordem econômica colonial se reestruturou com a manutenção das questões econômicas voltadas aos interesses econômicos da Inglaterra (SODRÉ, 1964).

Em consonância com Sodré (1994), a mão de obra em grande parte do período imperial (1822-1889) continuou sendo exercida pelos escravos, sem remuneração, tornou-se predominantemente assalariada em 1888, com o fim da escravidão. Embora a remuneração da grande maioria dos alforriados tenha sido insuficiente para uma sobrevivência digna. A inserção ao mundo do trabalho assalariado dos ex-escravos foi extremamente difícil. Muitos eram desqualificados pela sua condição anterior, ficando sujeitos aos subempregos, e eram obrigados a morarem longe dos grandes centros urbanos. No imaginário social, o negro, ex-escravos ainda viviam sob o estigma do preconceito racial, herança do modelo colonial.

Durante a República (1889) brasileira, as estruturas políticas, econômicas e sociais acabam por manter em grande parte as heranças históricas do período colonial e imperial, principalmente no que tange às relações econômicas e

sociais. A economia mantém predominantemente agrária e exportadora, essa estrutura será modificada apenas após os anos 30 do século XX (BORGES, 1998).

Na estrutura econômica, os grupos dominantes são detentores de grande parte dos meios de produção, principalmente o domínio da terra, e os trabalhadores são em sua maioria mão de obra sem grande qualificação profissional. Após o processo de industrialização, com a implementação da indústria de base e de transformação, a qualificação profissional passou a ser um requisito necessário. Entretanto, nesse modo de produção, o principal agente detentor dos meios de produção foi o Estado, que se tornou o intermediário entre o capital e os trabalhadores, esses últimos foram tutelados pelos “Pais dos Pobres”, o presidente Getúlio Vargas (CAPELATO, 1998).

Durante o governo Vargas (1930-1945), havia uma grande valorização da carteira de trabalho, visto como uma roupagem da dignidade. O trabalhador, urbano ou rural, teve na relação patrão empregado a intermediação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, fundado em 1930, os direitos reconhecidos em 1943, com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No decorrer do Governo de Vargas, o trabalho era considerado um meio de inserção social e de promover o fim das desigualdades sociais, tornando-o cidadãos com direitos (GOMES, 1996).

Para IANNI (1991), a história da sociedade brasileira está permeada de situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes. Durante um século de república, compreendendo a oligárquica, populista, militar e nova, essa questão se apresenta como um elo básico da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilemas dos governantes. Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal

O referido autor entende a questão social como um conjunto de desigualdades que se intensificou, sobretudo, nos anos 1930 quando se dá no Brasil o modo de produção capitalista concentrando a riqueza nas mãos de poucos, e a grande população estava na pobreza, na miséria e as condições da vida eram indignas e desumanas, e em muitos casos a pobreza e o desajustes da sociedade eram vistos como caso de polícia, pois tratavam os desempregados como “vagabundos” e a ociosidade como uma disfunção e não como um caso de política

pública e social, e dessa forma a questão social e as diversas expressões e manifestações ampliam-se e aprofundam-se. Segundo IANNI:

Quando se criminaliza o “outro”, isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem social estabelecida. Assim, as desigualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de “fatalidades”, “carências”, “heranças”, quando não “responsabilidades” daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão (IANNI, 1989. Pag.151.)

A esse respeito, Sposati (2007, p. 41) explicita que,

[...] até 1930 a consciência possível em nosso país não apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social. Quando esta se insinuava como questão para o Estado, era de imediato enquadrado como “caso de polícia” e tratada no interior de seus aparelhos repressivos. Os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob forma de fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos.

A questão social se agudiza com índices alarmantes de desemprego entre a população ativa, como muitos outros fatores a desigualdade se dá pela imposição dos novos rumos do capitalismo e em respostas às suas crises, advinda nos anos 1970, e que se perpetua até nos dias de hoje.

Essa situação se agudiza no contexto contemporâneo, a partir da reestruturação produtiva que ocasiona o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, que somada com o neoliberalismo em vigor no Brasil, redireciona o papel do Estado na área social minimizando políticas e direitos para a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2011).

É nessa relação indissociável do capitalismo que gera o empobrecimento, de grande parcela da população brasileira. Nesse sentido, parte-se do pressuposto teórico que entende a população em situação de rua como expressão legítima da questão social, tendo em vista que surgiu de um cenário histórico de desigualdades sociais advindas da relação contraditória entre capital/trabalho.

Em geral no Brasil, a ocupação profissional e o trabalho realizado pelos trabalhadores sempre foram vistos como algo que inclui um indivíduo na sociedade, um trabalhador, seja ele de qualquer grupo social é incluído no grupo dos produtores de riquezas e renda, e os que não estão inseridos no mundo do trabalho,

acabam se constituindo como os excluídos e indesejáveis e muitas vezes se tornam invisíveis pelo poder público e políticas públicas que os mantêm nesta condição. E muitas vezes por não possuírem emprego e renda, perdem a capacidade de sustento o que os impulsionam a viverem na rua (MARICATO, 1994).

População em Situação de Rua são indivíduos que tem em sua representação socialmente construída da não identificação, desses indivíduos que corroborada pela sua perda de referenciais seja ela de moradia, de relações pessoais ou sociais, como vínculos familiares rompidos, ou pessoas potencialmente excluídas do mercado formal de trabalho em virtude de pouca ou nenhuma escolaridade ou qualificação profissional, ou por pessoas que mesmo tendo formação profissional perdeu seu posto de trabalho e não conseguem mais se inserir devido à idade ou por questão de gênero, tendo em vista a sociedade machista na qual estamos inseridos, assim sendo não são trabalhadores que estão temporariamente desempregados e estão tendo através de “bicos” viverem dignamente, se pode chamar essa situação de dignidade? Conforme é ponderado por Nasser (2001, p. 25).

Os trabalhadores serem “proscritos” que comumente sobrevivem precariamente suas necessidades existenciais, recebendo esmolas de cunho privado ou de doações assistenciais, para defender o “pão nosso de cada dia”.

No que tange a essa população que faz da rua sua moradia, estão os moradores de comunidades carentes que saem desses lugares pela violência, como também os que estão no ingresso do sistema penitenciário e jovens que cumprem medidas socioeducativas ou estão em instituição reabilitadoras, como também os que têm transtornos mentais e algumas deficiências distintas, drogadição, falta de endereço fixo, falta de documentação de identificação, os migrantes vindo da zona rural para os grandes centros como também de outros países, aposentados que não conseguem viver de sua aposentadoria e que geralmente cuidam de agregados e são obrigados a ficar na mendicância sendo essas as maiores justificativas que levam esses sujeitos a irem para as ruas, por isso se classifica como um grupo heterogêneo por não constituir uma única causa que os leva a situação de rua (NASSER, 2001, p. 25).

O processo histórico da visibilidade da População em Situação de Rua só ocorre a partir do final da década de 80, do século XX, onde se dá uma lenta transição do assistencialismo para a Política de Assistência Social, através da

Redemocratização do país e a consolidação da Constituição Federal de 1988, sendo essa a mais democrática de todas as outras Constituições¹ se tornando uma mola propulsora para as políticas sociais e políticas públicas voltadas para a população em situação de rua (SILVA, 2009, p. 93).

Segundo o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no Brasil, não é feito um censo para a População em de Situação de Rua, mas em 2015, esta população era de aproximadamente de 101.854, e mesmo contando com um número elevado, esse fenômeno é pouco estudado. Esse contingente populacional não é inscrito no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE e se chegou a esse quantitativo em uma única pesquisa feito pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, em 2008, e foi realizada em apenas 71 municípios, quantificando apenas os adultos em situação de rua. Foram distribuídos em 23 capitais e 48 cidades com 300mil habitantes, para chegar há um perfil e características dessa população.

A pesquisa foi realizada quantificando a população adulta com 18 anos completos. O resultado foi que em 2008 nesses pesquisados encontrou 31.922 pessoas vivendo em situação de completa vulnerabilidade social, que fazem das ruas, construções abandonadas, viadutos, rodoviárias, rodovias, parques, becos, lixões, ferro-velho que utilizam casas de passagens ou albergues para pernoitar, seu modo de viver ou de sobreviver (MDS, 2008).

A síntese e o resultado dessa pesquisa são compostos por 70,9% de trabalhadores, dos quais 27,5% catam e vedem materiais recicláveis, 14,1% são flanelinhas e 6,3% trabalham na construção civil, ou seja, vivem de diárias e da informalidade, 1,9% trabalham com carteira assinada. Dos que trabalham na informalidade a renda mensal é de 20,00 a 80,00 reais semanais, isso caso eles consigam um bico (dizeres dos entrevistados) (MDS, 2008).

Outros dados apresentados na pesquisa é que 45,8% são moradores do próprio município, demonstrando que esse processo social não advém da migração em busca de melhores condições de vida, e sim que os municípios não estão conseguindo dar dignidade a seus moradores, outro dado foram a respeito da documentação pessoal, e 21,9% possuem todos os documentos listados no questionário, mas em contrapartida 24,8% dos moradores

¹ O Brasil possuiu sete Constituições ao todo a partir de sua Independência: a dos anos de 1824, 1891, 1934,1937,1946, 1967 e 1988 sendo essa última a que nos rege atualmente.

em situação de rua não possuem nenhum tipo de documento pessoal, dificultando ainda mais para esses sujeitos obter um emprego formal, como também o acesso aos serviços e programas governamentais, para que eles tenham o exercício da cidadania e desses 88,5% não recebem qualquer benefício do governo, ficando claro que a documentação é algo de extrema relevância, mas que não é determinante na conquista dos direitos civis, políticos e sociais, mas prova que os órgãos governamentais tem sido falho com esse público que vive em situação de extrema pobreza material como também social. Outro ponto importante a ser destacado que 82% dos entrevistados são do sexo masculino (MDS, 2008).

As pessoas vão para as ruas porque a estrutura da sociedade é desigual. É por vivermos em uma sociedade capitalista, a desigualdade é condição par que o capital possa reproduzir e aumentar sempre o lucro. Como a riqueza da sociedade se acumula cada vez mais nas mãos de poucos e os recursos não são destinados para atender aos direitos básicos, como a saúde e moradia acabam-se reforçando a divisão entre pobres e ricos (MNPR, 2010, p. 8).

Após essa pesquisa, não há em nível nacional, como quantificar os sujeitos encontram-se em situação de rua, por isso se torna difícil incluir adequadamente esse segmento correndo o risco de continuar reproduzindo a invisibilidade social da população em situação de rua no âmbito das políticas públicas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final do mês de março de 2021, informou os últimos dados sobre o desemprego no Brasil, são 14.300 milhões de pessoas fora do mercado formal, e de desalentados (os que desistiram de arrumar trabalho) são 5.900, o país tem produzido indivíduos subjugados pessoal e social, com dificuldades de ver alguma perspectiva em transpor essa situação, refletindo na grande parte da população que se encontra à margem considerada “sobrantes” na sociedade.

Segundo a estimativa a População em Situação de Rua, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostra que o Brasil não realiza pesquisa em nível nacional desse grupo populacional, por isso formular, planejar políticas públicas é uma missão bastante desafiadora, mantendo assim a reprodução da invisibilidade desse segmento, a obtenção dos dados são feitos através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal proporcionando a essa população uma visibilidade para sua cidadania como cita a nota do IPEA: “De fato, é

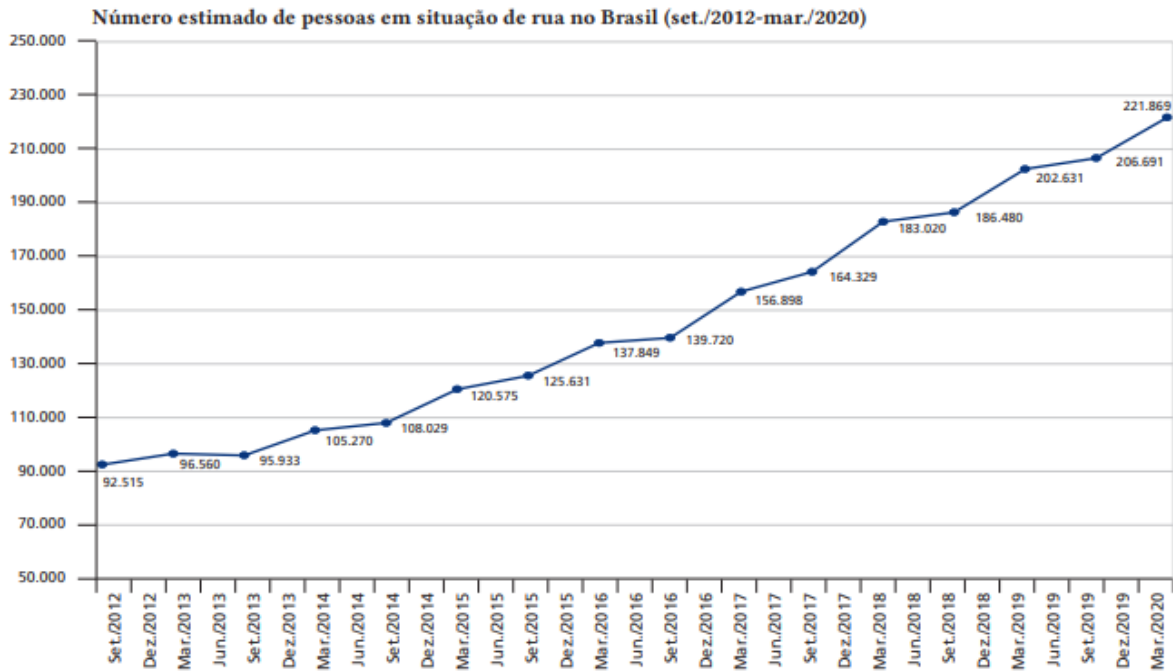
muito complexo realizar este tipo de estudo em escala continental, ainda mais considerando a diversidade do território brasileiro e de suas formas de ocupação”.

Com efeito, no mundo todo dados censitários tendem a captar mal as populações em condições inadequadas de habitação (KOTHARI, 2005). Teste-piloto para a inclusão desse público no Censo de 2020 sugere que a mesma dificuldade se verifica no Brasil (IBGE, 2014). Por conta disso, embora as dificuldades não sejam incontornáveis, no momento a melhor forma de estimar essa população e sua evolução ao longo dos anos é por meio da compilação, análise e modelagem estatística de dados oficiais coletados pelos mais de 5.500 municípios da Federação. Esta nota técnica apresenta a estimativa da população em situação de Rua no Brasil em todo o período que vai de setembro de 2012 a março de 2020. Para tanto, replica-se o modelo geral utilizado para a estimativa de 2015 (NATALINO 2016).

Como principal novidade, incorpora-se a dinâmica temporal na nova estimativa, o que permitirá a atualização periódica dos dados a partir de agora. “Espera-se, com isso, oferecer evidências tempestivas para a melhor alocação de recursos a essa população” encontra como números em dados de pesquisa tanto no IBGE² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) como no IPEA³ (Instituto Pesquisa Econômica Aplicada), e conforme a tabela do último Censo realizado em 2020 pelo IPEA (2020) o número de pessoas encontrada nessa situação é preocupante, pois a cada ano essas estimativas só aumentam.

² IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Órgão Público Federal vinculada ao Ministério da Economia.

³ IPEA- Instituto Pesquisa Econômica Aplicada- órgão público federal vinculada ao Ministério da Economia.

GRAFICO 1 – Número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

Conforme essa tabela do IPEA 2020, relacionada abaixo que designa o número da população de Rua por região nota-se que as regiões que mais possuem habitantes encontrados nessa situação são da região Norte, e também a região sudeste que migram pra essas cidades para obter oportunidade para melhorar sua vida e de sua família.

TABELA 1 – População em situação de rua por região no Brasil

População em situação de rua, por região (set./2012-mar./2020)

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO- -OESTE	BRASIL
Set./2012	3.218	16.450	47.753	16.286	8.808	92.515
Mar./2013	3.280	16.972	50.779	16.632	8.896	96.560
Set./2013	3.300	17.152	50.374	16.215	8.892	95.933
Mar./2014	3.573	17.755	56.640	17.645	9.657	105.270
Set./2014	3.739	17.852	58.324	18.072	10.043	108.029
Mar./2015	3.999	22.742	63.777	19.381	10.676	120.575
Set./2015	4.178	26.767	64.049	19.708	10.929	125.631
Mar./2016	4.515	27.803	73.153	21.619	10.760	137.849
Set./2016	4.729	27.592	75.240	22.294	9.865	139.720
Mar./2017	5.447	27.262	86.694	26.018	11.477	156.898
Set./2017	5.901	25.917	91.652	28.574	12.285	164.329
Mar./2018	7.406	29.164	100.119	32.267	14.064	183.020
Set./2018	8.247	30.490	99.473	33.684	14.586	186.480
Mar./2019	8.299	34.014	111.577	33.699	15.041	202.631
Set./2019	7.706	35.396	117.248	31.763	14.577	206.691
Mar./2020	9.626	38.237	124.698	33.591	15.718	221.869

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

Conforme o que mostra a tabela 1 dos dados do IPEA à pesquisa do ano de 2015 relatou que as pessoas migram de suas cidades e vão para as grandes metrópoles e se deparam com a dificuldade de encontrar emprego, moradia digna e serviços básicos como saneamento e água potável não restando opção a não ser morar nas ruas, mas também há casos que os indivíduos trabalham como flanelinha, engraxate e mesmo possuem alguma renda como no caso de idosos que possuem o BPC (Benefício de Prestação Continuada) mas torna-se insuficiente para sua subsistência, dessa forma se necessário a criação de Políticas Públicas voltadas a segmentos populacional que vivem nas ruas. Nesse sentido, no próximo capítulo será debatida a construção de políticas públicas voltadas para os moradores em situação de rua no Brasil.

3 A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Este capítulo tratará das Políticas Públicas voltadas a População em Situação de Rua, seus avanços depois que foi promulgada a Constituição de 1988 e como na atualidade ela vem sendo implementada. Para tal, faz necessário realizar um breve debate sobre Políticas Públicas.

Encontra-se na literatura um intenso debate sobre as Políticas Públicas, Souza define:

[...] política pública como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26)

A autora argumenta que mesmo havendo algumas diferenças no conceito, há aspectos que se convergem entre os autores, como o aspecto em que os governos para tomar as decisões, precisam ter uma visão integral das Políticas Públicas. As Políticas Públicas são ações governamentais que tem por fim a solução (ou não), de problemas acometidos pela sociedade, pois há diferença entre o que o governo pretende fazer e o que ele realmente concretiza. Mesmo o governo sendo o agente principal ele conta com outros segmentos que influenciam na tomada de decisões, como as parcerias com organizações não governamentais, e com a iniciativa privada.

Em relação á Política Pública no Brasil, até o século XIX, o Estado tinha a função de prestar segurança pública e a defesa externa. No século XX, com a aprovação da Constituinte de 1988 houve também uma diversificação das responsabilidades do Estado e com isso o bem estar social se tornou uma função primordial englobando diferentes áreas como saúde, educação, meio ambiente, trabalho, lazer, transporte, comunicação, cultura, entre outros, e para que esses objetivos sejam alcançados pelos estados, os governos se utilizam das Políticas Públicas, pois elas objetivam-se em resolver ou atenuar um problema público, traçando soluções com a mesma finalidade (SILVA, 2009).

A gestão da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal de 1988, tem caráter tripartite, compreendendo, portanto, atuação direta do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, em seu artigo 194 da Constituição Federal descreve:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. **Parágrafo único.** Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio. VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (BRASIL, 1988).

Considera-se que a Constituição de 1988 foi um marco histórico importante para Assistência Social, a qual inaugurou um sistema de proteção social pautado na concepção de Seguridade Social. Conforme a Constituição, no Art. 203, a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social. Tais mudanças são consideradas um grande avanço em termos políticos. Segundo Couto (2006, p. 186.) “o avanço central no texto constitucional está alicerçado no deslocamento do campo particular para a universalização dos direitos, não mais centradas nos méritos, mas nas necessidades sociais”.

Na sua definição e nos seus objetivos, a lei enumera as condições para que esse campo passe a ser considerado como direito social; indica a responsabilidade estatal e aponta a noção de solidariedade social, soldando a cadeia de atendimento à população-alvo de seus programas, embora faça isso de maneira genérica, ao citar a provisão dos mínimos sociais, sem defini-los. Essa tem sido uma disputa conceitual importante, pois a perspectiva de recorte liberal-conservador tende a entender os mínimos com precisão semântica e vinculada à precarização e à existência de recursos, conforme programas dos governos para atender às demandas da área. Já para os que propugnam pelo direito social, embora ainda discutido preliminarmente, está preso ao necessário para se viver com dignidade (COUTO, 2006).

3.1 POLITICAS DE ASSISTENCIA SOCIAL NO BRASIL

A política social pública de Assistência Social inserida no âmbito da Seguridade Social juntamente com a saúde e a previdência, está prevista nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993. Tais fatos foram conquistas e avanços obtidos com a participação de movimentos sociais na busca por direitos em um contexto histórico marcado por grandes tensões e agravamentos das expressões da questão social, configurando-se em um marco civilizatório onde a classe trabalhadora adquiriu o reconhecimento do Estado como cidadãos portadores de direitos.

Constituindo a Assistência Social em Política Pública não contributiva, o Estado tem o dever de garantir a todos uma qualidade de vida, com dignidade, suprimindo toda e qualquer necessidade que o cidadão necessitar. Segundo Boschetti:

Trabalho e assistência assim, mesmo quando reconhecido como direitos sociais, vivem uma contraditória relação de tensão e atração. Tensão porque aqueles que têm o dever de trabalhar, mesmo quando não conseguem trabalho, precisam da assistência social. E atração porque a ausência de um deles impede o indivíduo para o outro, mesmo que não possa, não deva, ou não tenha direito. Em uma sociedade em que o direito à assistência é limitado e restrito (...) e o trabalho, embora reconhecido, não é assegurado a todos, esta relação se torna excludente e provocadora de iniquidades sociais. (BOSCHETTI, 2003, p. 47).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 que assegura e regulamenta a assistência social na Constituição Federal de 1988, dispõe princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento da Assistência Social, transformando-a em políticas públicas, trazendo um novo sentido:

Art. 1º: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, são política de seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

Além disto, a LOAS cria o Conselho Nacional de Assistência Social, objetivando a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, e oferta dentre outros benefícios o BPC (Benefício de Prestação Continuada)

garantindo a quantia de um (1) salário mínimo às pessoas que possuam algum tipo de deficiência e idosos acima de sessenta e cinco anos que não possuam meios que garantam sua subsistência. A LOAS, tanto reconhece os direitos que demandam a população quanto reconhece as contradições sociais, buscando o enfrentamento delas mediante um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios. Entre alguns dos direitos dispostos pela LOAS estão:

FIGURA 1 – Direitos dispostos na LOAS.

DIREITOS DISPOSTOS NA LOAS



FONTE: IZE, Andressa Rosa, 2018. Apresentação de Seminário. Disciplina de Política Social na América Latina II, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. A Política Nacional de Assistência Social.

A busca por efetivar a política de assistência social bem como de materializar as diretrizes da LOAS levou a elaboração da Política Nacional de Assistência Social (2004) a qual expressa a materialidade do conteúdo da assistência social, a qual busca incorporar as demandas sociais no Brasil levando em conta as desigualdades socioterritoriais.

Assim, traz todos os aspectos e normativas necessárias por meio de uma orientação geral de como se deve dar a assistência no Brasil, apontando inclusive, para a necessidade da constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como um sistema integrado que busque efetivar a Política de Assistência Social.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social realizadas em Brasília em dezembro de 2003, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate a Fome – MDS, e com a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, Conselho Nacional de Assistência- CNAS implementam a Política Nacional da Assistência Social que é ratificada no ano de 2004, a qual preconiza:

[...] a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social (BRASIL, 2004, pag.12)

Essa política veio trazendo um marco de inovação nas relações entre as políticas e o Estado, segundo o documento impresso dessa política de novembro de 2005 as diretrizes dessa política são “Direito da cidadania e Dever do Estado”.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS (2005) determina a gestão da política de assistência social (modelo descentralizado e participativo) materializando o conteúdo das LOAS buscando efetivar suas ações e é co-financiada pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, contando também com a mobilização da sociedade civil. Assim, o SUAS realiza uma organização e padronização de serviços, programas, projetos e benefícios dois níveis de proteção, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial visando a concretizar direitos de cidadania e inclusão social. No interior das SUAS, o Centro Pop está localizado dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade, como Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, destinado a pessoas com violação de direitos.

A proteção social da Assistência Social tem como conjunto as ações, de cuidado, atenções, benefícios e auxílio ofertado pelo SUAS, ofertando redução e prevenção a vida humana à dignidade humana e a família com eixo fundante. Sua direção está voltada ao desenvolvimento humano e social, como a cidadania, a inclusão de todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Em outra ponta temos a Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) oferece dois modelos de proteção social: a proteção social básica, que consiste de um caráter preventivo, e a proteção social especial com caráter

protetivo. São nesses planos de proteção que se abarca as ações voltadas para a População em Situação de Rua, no âmbito da Assistência Social no Brasil.

Aprovada pelo Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) em 2004, a Política de Assistência Social, tem como objetivo a seguridade social não contributiva com iniciativas públicas e da sociedade, que traga garantias de atendimento as populações que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, de forma integrada as políticas de Assistência Social veem com intuito de atender os contingentes sociais e a universalização dos direitos sociais objetivando a promoção em serviços, programas e projetos e benefícios de proteção social, a famílias, indivíduos e grupos.

O fenômeno População em Situação de Rua se caracteriza tanto como uma situação de política pública como social e essa questão atinge toda estrutura social, nas relações do homem com a sociedade, do homem com o próprio homem, e do homem com seu próprio EU.

Para trazer uma noção clara sobre a expressão a Questão Social que é a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) instituída no Decreto Nº 7.053 de 2009, trata-se de um compromisso assumido pelo Governo Federal, por meio dos estados e municípios de todo país que aderem à Política Nacional, conforme organização política no contexto da efetivação de direitos. Esta política (PNPR) possui princípios que se baseiam na igualdade, equidade, no respeito à dignidade da pessoa humana e as particularidades de cada sujeito, do direito de convivência familiar e comunitária e de universalidade do atendimento. De acordo com o Parágrafo Único do o artigo 1º deste Decreto:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Brasília, 2009).

No que concerne a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que oferta para aqueles que utilizam as ruas como espaço de moradia, assegurando atendimento com a finalidade de fortalecimento de vínculos interpessoais, a construção de novos projetos de vida, com atendimentos em orientação individual e grupal, como também

encaminhamentos aos serviços socioassistenciais, e as Políticas Públicas contribuindo para uma construção da autonomia e da inserção social em rede de proteção social.

A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que será organizado por três níveis de complexidade do SUAS; Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de conformidade disposto a seguir mostraremos divididas em:

I-SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: Serviço de Proteção e Atendimento a Integração à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; - Serviço de Proteção Social do Domicílio para pessoas com deficiência e idosas. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2009, grifos do autor)

O serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), tem com caráter o trabalho social com famílias com a finalidade de proteção e fortalecimento evitando assim a ruptura dos laços e vínculos proporcionando o acesso aos direitos como também a redução de danos, e com ações preventivas, protetivas e como proativas. As ações do PAIF não podem ser e nem ter caráter terapêutico. O serviço respeita a heterogeneidade da constituição familiar, suas crenças, seus valores, combatendo toda e qualquer violência e discriminação.

O serviço é ofertado pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que tem por princípios norteadores a universalização e gratuidade de seus atendimentos tendo como exclusividade a esfera estatal em sua implementação, possibilitando a organização e a hierarquização da rede socioassistencial no território e assim cumprir a diretriz e a descentralização da política de assistencial social.

A Proteção Especial de Média Complexidade esta classificada desta maneira:

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL- Média Complexidade - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); - Serviço Especializado em Abordagem Social; - Serviço de proteção social e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa de liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC); - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas, e suas Famílias; - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2009, grifos do autor).

O serviço tem como finalidade o apoio e o acompanhamento as famílias que estão em situação de ameaça ou violação em seus direitos, e em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Com articulação em Rede, e sua abrangência e tanto Municipal como regional, oportunizando e ofertando atividades que direcionem ao desenvolvimento das sociabilidades, e dessa forma tendo como perspectiva o fortalecimento de vínculo interpessoal e familiar na construção de novos projetos de vida.

E também por último temos a classificação dos serviços da proteção social da alta complexidade sendo dessa forma:

SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL – ALTA COMPLEXIDADE: Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em República; - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; - Serviço de proteção em situação de calamidade pública e de emergência (DIÁRIO OFICIAL DA UNIAO, 2009, grifos do autor).

Este atendimento presta acolhimento em diferentes tipos de equipamento, as famílias ou indivíduo a fim de garantir proteção integral de consonância as suas pluralidades, respeitando seus costumes, crenças, etnias e orientação sexual, tendo em vista a boa convivência deverá ser construída de forma participativa e coletiva, assegurando a autonomia de cada indivíduo, promovendo e desenvolvendo condições para que esse indivíduo ou grupo familiar consiga sua independência através de Rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva de cada sujeito.

O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (CREAS POP) são de suma importância nos municípios.

O Centro Pop, o qual é definido e qualificado como um serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade tem como um de seus objetivos e finalidades garantir o atendimento à essa parcela da população, composta por famílias e indivíduos, além de providenciar o acesso aos direitos sociais, civis e políticos, bem como, os auxiliar no desenvolvendo de atividades, abordando desde a conquista das Políticas Públicas da Assistência Social como também se faz necessário salientar a importância e luta do trabalho do Assistente Social nesses espaços.

Eles vão até a essas instituições através da abordagem social Secretaria de Assistência Social (SEAS), que conduzem esses usuários até os Centros Pops ou pela demanda espontânea.

Além de todas as Políticas que já foram citadas anteriormente, a Assistência Social, estabelece e determina a criação de programas direcionados à População em Situação de Rua, como também a necessidade da realização da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no ano de 2008 sendo está a única pesquisa em âmbito nacional sobre essa população que forneceu subsídios importantes para a construção da Política Pública direcionada a esse público.

Destacaremos de forma resumida esses fatos e as contribuições nesse processo:

QUADRO 1 - Iniciativas do Governo Federal para a população em situação de rua

INICIATIVAS	ANO
- Com o Presidente Inácio Lula da Silva decide passar o natal com os catadores de material reciclável e com as pessoas em situação de rua. Essa prática e deu até o ano de 2014, e o Movimento Nacional da População em Rua (MNPR), viu nessa iniciativa a oportunidade de cobrar algumas decisões do Governo Federal.	2003
- Criação da Política Nacional de Assistência Social _ garante a cobertura da Assistência Social para a População em Situação de Rua.	2004
- Decreta a Lei 11.258 de 30 de dezembro de 2005 – Altera a LOAS e estabelecendo a obrigatoriedade da criação de programas voltados a população em situação de rua.	2005
- Governo Federal cria o Grupo de Trabalho Internacional – GTI, propondo a criação de grupos para elaborar políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua	2006
– Realização da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	2007/2008
- A realização do II Encontro Nacional Sobre a População em Situação de Rua.	2009
- Criação do Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, estabelecendo a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Internacional de Acompanhamento e monitoramento.	2009
- Instrução Operacional conjunta da SNAS e SENARC n°07- trazendo orientações aos Municípios e ao Distrito Federal para Inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para programas sociais do governo federal.	2010
- Portaria n° 843 de 28 de dezembro de 2010- objetivando sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelo CREAS e pelos Centro Pop.	2010

- Portaria 122 de 25 de janeiro de 2011. Definindo as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório de Rua.	2011
- Programa Crack, é possível vencer! Lançado em dezembro de 2011, prevendo a estruturação da rede de cuidados e a implementação de vários serviços destinados ao atendimento da população em situação de rua.	2011
- Portaria 123 de 25 de janeiro de 2012, estabelecendo os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório de Rua por Município.	2012
- Resolução nº3 de março de 2012 – tratando do cofinanciamento federal do PFMC para oferta pelo Centro Pop do Serviço de Especializado para pessoas em Situação de Rua e da qualidade máxima de Centro Pop recebendo incentivo financeiro em cada município.	2012
- III Encontro Nacional da População em Situação de Rua, realizado em outubro de 2015 em Brasília.	2015

Fonte: As autoras, 2021.

Elaborado com base nas informações disponibilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

Mesmo com todo avanço conquistado e as Políticas Públicas criadas para a População em Situação de Rua, se faz necessário destacar que as mudanças de postura do Estado em relação a esse segmento populacional o poder público não deixou de realizar práticas e ações tanto de coerção como de repreensão, o Estado dessa forma convive com ações estatais discordantes e bastantes conflitantes em torno das Políticas Sociais e das Políticas de Segurança Pública ou Políticas Urbanas, isto é, o Estado continua a prática de higienização e de segregação causando afastamento contra a população em situação de rua. O Movimento Nacional da População em Rua tem como objetivo formular Políticas Públicas o cuidado e a inclusão desse segmento populacional:

Movimento Nacional da População de Rua surgiu para enfrentar os riscos na rua. E mais, para repudiar o preconceito, a discriminação, as violências dos direitos humanos. Surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e a dignidade humana. (MNPR, 2010, p. 8).

Através do surgimento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), ocorreu o reconhecimento da população em situação de rua, como cidadão de direito, tendo como aporte a Sociedade Civil e do Estado, mesmo que ainda seja um processo de construção estão dando a esse segmento populacional a visibilidade na sociedade que lhes foram negadas por décadas. Faz-se necessário explicitar um trecho do documento do Movimento Nacional da Poluição de Rua:

A trajetória nos últimos anos retirou definitivamente a população em situação de rua da invisibilidade, reconhecendo que se trata de um compromisso de Estado garantir a estes brasileiros seus direitos. Os desafios ainda são muitos e requerem o engajamento das diversas políticas, em um esforço coletivo envolvendo o poder público e a sociedade civil organizada, com a participação fundamental dos representantes desse segmento. (BRASIL, 2011, p. 4).

Nesse sentido, observa-se como ocorreu a trajetória das Políticas Públicas voltadas para a População em Situação de Rua.

Nesse próximo item viremos abordar o que se transcorreu no município de Foz do Iguaçu-PR em relação a População em Situação de Rua.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM FOZ DO IGUAÇU

Conforme já abordado no ponto anterior, o ano 2000 marcou as transformações na política de assistência social, devido à urgência do governo com o compromisso em combater a pobreza e principalmente trazer uma nova visão sobre a população em situação de rua, por se tratar de um segmento vulnerável que demanda de políticas específicas e no acesso da rede de serviços públicos.

Tendo em vista implementar Políticas Públicas voltadas para população em situação de rua no Paraná, foi criado o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua-CIAMP RUA PR, pelo Decreto Estadual nº3405 de 15 de setembro de 2015, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos –SEJU, em acordo com a Política Nacional da População em Situação de Rua.

No ano de 2018, foram realizadas onze (11) reuniões ordinárias do CIAMP RUA, com diversas cidades da macrorregião de Curitiba como também outros municípios de maior porte do estado do Paraná, entre esses municípios Foz do Iguaçu e houve além das importantes reuniões, três (3), seminários de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua da Tríplice Fronteira, onde o município de Foz do Iguaçu foi escolhido para sediar o primeiro Seminário realizado em maio de 2018.

Entre os que participaram estavam representantes governamentais do Brasil, Paraguai e Argentina, além dos representantes dos municípios vizinhos, e representantes do Ministério Público, de Direitos Humanos, Defensorias Pública Estadual e da União, Ministério Público do Estado do Paraná - Centro de Apoio

Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, a Prefeitura de Foz do Iguaçu, bem como, Movimento Nacional da População em situação de rua e Instituto Nacional da População em Situação de rua.

No mês de setembro de 2018 o segundo seminário foi realizado na cidade de Cascavel-PR, na ocasião houve mesa de debates com profissionais que atuam diretamente com a População em Situação de Rua e contou com a presença dos membros da sociedade Cascavelense.

O terceiro seminário de Políticas Públicas, voltada para a População em Situação de Rua ocorreu na cidade de Londrina no norte paranaense, nesse Seminário foi elaborada e aprovada uma carta de intenções que foi entregue ao governador do Estado do Paraná, entre as pautas tratadas há de salientar a criação do registro de violência contra a População em Situação de Rua, solicitado pelo Movimento Nacional da População em Rua (MNPR), foi criado um Sistema de Informações de Agravos de Notificações (SINAN), dessa forma teve como fazer um mapeamento e registro através dessas notificações em formulários dos indivíduos em rua vítimas de violências físicas fundamentado na Portaria 204/2016, priorizando as necessidades de Políticas Públicas voltadas à população em situação de rua.

As Ações voltadas para a População em Situação de Rua debatida e encaminhada no ano de 2018 no Estado do Paraná, o município de Foz do Iguaçu tem diversas particularidades, entre ela está a sua geopolítica com uma localização privilegiada conta com a diversidade cultural, o município contabiliza 80 nacionalidades diferentes residindo na cidade, Foz do Iguaçu encontra-se localizado no extremo oeste paranaense fazendo fronteira com a cidade Argentina de Puerto Iguaçu e a cidade paraguaia de Ciudad del Este, configurando a Tríplice Fronteira.

FIGURA 2 – Trílice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina



FONTE: Marco das Três Fronteiras. Disponível em: <https://traveleiros.com/marco-das-3-fronteiras-argentina-brasil-e-paraguai/>

Tais particularidades ajudaram a aumentar a migração de diferentes povos, vale salientar que Foz do Iguaçu também conta com diversos pontos turísticos como também o turismo de compras entre as três cidades fronteiriça, facilitando o trânsito de estrangeiros, como também um contingente procedente de todas as partes do Brasil como também dos países vizinhos que passaram a sobreviver em grande parte da economia informal ou do subemprego e sem uma perspectiva de conseguir concretizar o sonho de enriquecimento ou dependência financeira essas pessoas também começaram a ser vistas como contraventores pela polícia local, devido às mercadorias advindas dos países fronteiriço caracterizando descaminho.

Os trabalhadores buscam por condições mínimas de sobrevivência acabam vendendo sua força de trabalho com salários baixos, na maioria das vezes trabalham informalmente perdendo assim seus direitos trabalhistas e como há poucas ofertas se sujeitam a condições precárias, esses trabalhadores expulsos de seus trabalhos não só são afetados pelo respaldo das leis trabalhistas, mas como também as pressões no que tange a moradia, ao saneamento básico e a alimentação, levando-os a sobreviver nas favelas ou nas ruas.

[...] não é um indivíduo que está à margem, mas sim fora do sistema econômico e social prevalecente. Não tem acesso ao mercado de trabalho

(nem mesmo informal), não tem perspectiva de engajamento (independente de seu grau de qualificação profissional) e, cada vez mais, vai ficando de fora dos mecanismos de proteção social (BURZSTYN, 2000, p. 34).

A partir desses primeiros processos de articulação para implementar Políticas Públicas para a População em Situação de Rua no Paraná, foi criado o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – CENTRO POP, é definido e qualificado como um serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, tem como um de seus objetivos e finalidades garantir atendimento qualificado à essa parcela da população que se compõe por famílias e indivíduos, providenciando o acesso aos direitos sociais, civis e políticos, como também oportunizando o desenvolvimento de atividades a serem realizadas por meio da equipe técnica neste espaço de referência, proporcionando e ampliando suas potencialidades, dessa forma contribuindo para a promoção tanto da autonomia como de novas conquistas no que tange sua vida pessoal/profissional, estimulando sempre a participação social, sua dignidade e o respeito a sua liberdade de escolha.

De conformidade determinada pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os serviços especializados voltados a População em Situação de Rua devem proporcionar a documentação civil, guarda de pertences para aqueles que possuem alimentação, como também fornecerem produtos de higiene pessoal para os desejarem fazê-la, a proteção de todos dos tipos de violência.

Promover um espaço para realização das atividades com participação coletiva, desenvolvendo estimulando as potencialidades dos usuários e usuárias que fazem uso desse espaço, onde a equipe atua em consonância com os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, e no Código de Ética correspondente a sua profissão. (Quando houver), e de conformidade ao Decreto que corresponde a Política Nacional para a População em Situação de Rua. (BRASIL, 2011).

O Centro Pop, dado o reconhecimento de luta das violações e privações ao acesso a direitos, como a saúde, educação e segurança da população em situação de rua o qual estão sujeitos a situação de vulnerabilidade social, no equipamento eles permanecem durante o horário em que a instituição está funcionando caso eles queiram podem solicitar acolhimento em uma das casas de

passagens, nessas instituições eles podem ficar até três (3) meses, no município de Foz do Iguaçu contamos com três (3) casas de abrigamento temporário.

Em Foz do Iguaçu o Centro Pop iniciou suas atividades no ano de 2011, localiza-se a Rua Monsenhor Guilherme nº 527 Bairro Jardim São Paulo II, o trabalho começou em um antigo edifício na qual anteriormente funcionava uma Escola Pública Municipal. Conforme as necessidades deste equipamento surgiam, o Centro Pop passou por algumas melhorias na parte física, visando o aprimoramento dos serviços prestados, essa reforma deu-se no ano de 2015, com vistas a ampliar tais atividades no intuito de concretizar os objetivos desta unidade, em 2016, passou desta vez por uma mudança relacionada à gestão, com a contratação de dois Assistentes sociais.

FIGURA 4 - Centro POP de Foz do Iguaçu



FONTE: As autoras, 2021.

FIGURA 3 - Entrada do Centro POP em Foz do Iguaçu

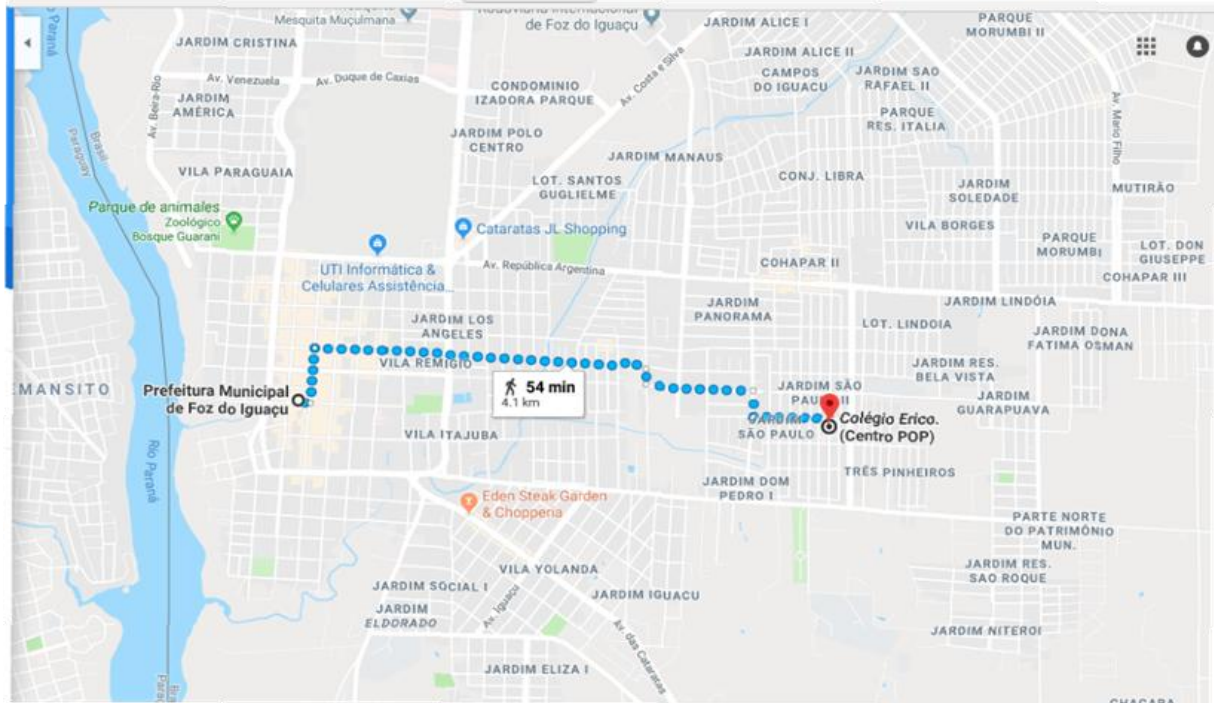


FONTE: As autoras, 2021.

A Assistente Social realiza o atendimento garantido pela lei que regulamenta a profissão, de conformidade de suas competências e atribuições firmando-se nos princípios e diretrizes do código de ética (1993) e o projeto político profissional do Serviço Social.

No município de Foz do Iguaçu no espaço onde esta localizado o Centro Pop é um lugar afastado tanto do centro da cidade como também do terminal Rodoviário, locais de concentração da População em Situação de Rua, a justificativa desse lugar estar afastado é por ter sido cedido pela prefeitura e pelas reformas feitas para essa finalidade, mas sabe-se que há de oculto, o verdadeiro intuito de afastar e camuflar a própria existência desse segmento populacional, segregando-os do centro da cidade, Foz do Iguaçu que é conhecida por seus atrativos turístico para o mundo inteiro, dessa forma demonstrando atitudes higienistas e elitistas, mantendo-os os mais afastados possíveis dos turistas.

FIGURA 5 - Mapa ilustrativo do caminho que o cidadão deve fazer da Prefeitura de Foz do Iguaçu que é na região Central do município até o Centro-Pop.



FONTE: Google Maps retirada dia 11 de agosto de 2021.

Entende-se que a População em Situação de Rua são negados os direitos preconizados na Constituição Federal de 1988 no inciso XV, do artigo 5º, que estabelece que os cidadãos tenham o direito de IR e VIR, e de estarem onde desejar, a População em Situação de Rua tem de ter sua dignidade e integridade resguardada, buscando dessa forma preservar os sentimentos tanto de reconhecimento e superação quanto o de “pertencimento”, que trata de indivíduos com Direitos violados, e com isso muito acabam por perderem com o tempo o sentimento que os faz sentir parte da sociedade, que os excluem socialmente, somando a isso o desrespeito e a invisibilidade devido a discriminação e o preconceito exercido por diversos grupos e segmento proveniente da sociedade capitalista.

A inclusão social deve superar as medidas paliativas considerando a totalidade dos direitos constitucionais. Dessa forma o Plano Municipal de Acolhimento de Foz do Iguaçu, produzido pela Diretoria de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social (DIPE) como demais outros órgãos

que faz parte da Rede de atendimento, identificou que a população em situação de rua apresenta-se como um desafio para as Políticas Públicas.

Expressão multifacetada das contradições da sociedade capitalista, mesmo este fenômeno da População em Situação de Rua ser um fenômeno antigo ela tem exigido cada vez mais dos governos respostas múltiplas articuladas e inovadoras para as Políticas Públicas que vão para além das abordagens tradicionais impondo ao governo do município desafios em incorporar a transversalidade e a intersetorialidade, para uma universalização dos direitos humanos e participação social, a proposta do município foi à construção coletiva da política Municipal de uma forma territorializada e horizontalizada, tendo como protagonista a própria População em Situação de Rua, dando a eles voz e vez no processo e formulação das políticas públicas, no município e será destacado no capítulo quatro desse trabalho.

4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: LIMITES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU

Atualmente a População em Situação de Rua têm se mostrado cada vez mais presente na sociedade tendo em vista seu aumento quantitativo na atual conjuntura, e embora sejam identificados em diversos espaços públicos e institucionais permanecem vivenciando e sofrendo uma série de estigmas e violências de diversas formas, que envolvem, por exemplo, ataques e punições ao serem percebidos nos locais em que se encontram por conta de sua condição social.

Este fato denuncia que, embora existam pessoas, serviços e profissionais comprometidos para com esta causa, que buscam materializar, dar voz e adquirir seus respectivos direitos, necessitam-se ainda avançar e aprofundar-se com análise crítica de forma ampla, que os escutem e considere a realidade a qual se inserem, a qual os cercam e o tratamento que ocorre nos equipamentos de referência.

A População em Situação de Rua são pessoas de diferentes idades marcadas por contextos e realidades distintas, caracterizadas na Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) como: grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (DECRETO Nº 7053/2009, ART. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO).

Em alguns momentos ainda nos dias de hoje, se questiona e se pergunta sobre quais motivos podem ter levado estas pessoas a viverem nestas condições, e quando não se pergunta frequentemente se estigmatiza pelo discurso excludente, elitista e meritocrático, e como resultado destes discursos essa população tem sido combatida com medidas higienistas, psicologizantes, assistencialistas e muita repressão, culpabilizando os e responsabilizando-os por estarem na situação em que vivem.

Intervir na realidade destes sujeitos requer muita cautela, pois se somam nessas violações de todos os tipos e categorias. Sabe-se que o sistema

econômico produz e continuará produzindo e reproduzindo este fenômeno, e sabe-se que isso tende a aumentar cada vez mais nesta nova conjuntura de retrocessos e desmonte dos direitos sociais como vêm se manifestando. Além disto, é preciso intervir não apenas na própria realidade do sujeito no que condiz às suas demandas, mas também na realidade externa a qual é grandioso o desafio, pois toca no olhar da sociedade, da população em geral, para que sejam levantados questionamentos a ser esclarecido, o compartilhamento de informações, o conhecimento que possibilite a articulação com os movimentos de base e relações de aproximação.

A realidade é dinâmica e por isto passível de mudanças, sabe-se que transita entre a luta de classes, entre a relação capital e trabalho, em conflitos de interesses de todas as espécies no contexto atual o qual estamos estruturados hoje, o mesmo contexto onde as políticas não são universalistas e onde os direitos sociais se conquistam com lutas de movimentos articulados. Para evitar a reprodução de medidas e práticas como citadas anteriormente para com essa população, é necessário que o assistente social ao lidar com as múltiplas expressões da Questão Social, saiba se posicionar e exercer suas atribuições de forma ética e política, pautando-se nos princípios do Código de Ética Profissional (1993) em consonância com a política da PNPR, articulando-se e desenvolvendo estratégias que promovam os direitos da população em situação de rua fazendo-os com que se percebam como sujeitos de direitos e de dignidade.

Levando em consideração essa demanda, e a preocupação com esses cidadãos que são sujeitos de Direitos, o Estado começa a implantar Políticas Públicas voltadas para essa população para auxiliar a ter os mínimos sociais para uma vida digna assim como todos os sujeitos que vivem em sociedade. Conforme o Artigo divulgado na revista "Pensar BH" informa sobre o tema:

A partir da Constituição Federal de 1988, que considerou os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, e com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição, reconhecendo-a como política pública, o panorama político e o tratamento desse fenômeno pelo Estado começaram a se alterar. O Poder Público passou a ter a responsabilidade de manter serviços e programas de atenção voltados para esse segmento populacional, garantindo padrões éticos de dignidade e não violência na consolidação de "mínimos sociais" e de direitos de cidadania. "No bojo dessa agenda política, em dezembro de 2009 foi publicado o Decreto Federal 7.053, instituindo a Política Nacional para a População em Situação de Rua (REVISTA PENSAR BH, 2011 p.10).

Segundo dados do IPEA, 2020 o censo elaborado em 2019 chegou a 24.344 moradores em situação de rua. O perfil dessa população é em sua grande maioria homens, que chega a ser 85 %, as autoras Rosa e Breta (2015), apontam que as mulheres que buscam a rua são para sair do ciclo de violência doméstica, apertos financeiros e ruptura de vínculos sociais, crianças e pessoas idosas que em sua grande maioria também ainda não conseguiram sua aposentadoria e como não há meio de sustento a Rua virou sua morada, a ruptura com os vínculos familiares e também a dependência de drogas e bebidas alcoólicas ganham destaques para quem vive nessa situação. Em 2014 o Ministério da Saúde (BRASIL, 2014), expõem sobre esse preconceito que essas populações sofrem e a imposição do resgate pela sua identidade:

O preconceito contra essas pessoas é manifestado corriqueiramente e xingamentos – como vagabundo, maloqueiro, preguiçoso e mendigo – são muito comuns”. Esses modos de denominar esses indivíduos acabam influenciando a forma deles próprios se perceberem. Diante desta realidade, podemos concluir que é urgente o resgate da identidade da pessoa em situação de rua. Ela precisa, antes de qualquer outra demanda, recuperar a sua própria percepção de que é um ser humano como todos os outros. Após “esse resgate, é necessário também afirmar essa identidade perante a sociedade e o Estado (BRASIL, 2014b p.10 - 11).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua foi assinada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2009 e ficou reconhecida pela Lei 7053. Nessa próxima sessão faremos um breve relato do perfil dessa população que faz das ruas sua morada.

4.1 PERFIS DA POPULAÇÃO DE RUA EM FOZ DO IGUAÇU

A região de Foz do Iguaçu sempre foi povoada, onde antes era habitado pelos índios da região, com a descoberta das Cataratas e pela privilegiada localização a grande preocupação era manter o território pertencendo ao Brasil e por esse motivo por volta de 1889 foi criado um vilarejo militar que pertencia à cidade Paranaguá, as principais economias eram a erva-mate a madeira que ambas era exportada pelo Rio Paraná.

Esse vilarejo era denominado de Vila Iguassu, uma das datas mais importantes nesse período foi a de 10 de junho de 1914, que foi intitulado o primeiro prefeito foi o senhor Jorge Schimmelpfeng juntamente com a Câmara de

Vereadores, e somente em 1918 a cidade ganhou o nome de Foz do Iguaçu. Com o intuito de crescimento dessa cidade varias pessoas migraram para cá para trabalharem na agricultura, e uma área que estava crescendo muito era o turismo.

Em 1939, com a criação do Parque Nacional do Iguaçu pelo Governo Federal, com área total de 156.235,77 hectares, o turismo de visitantes ao Parque já se demonstrava como maior fonte de renda do município (MARTINS; RUSCHMANN, p. 8, 2010).

Assim como o turismo que trouxe o progresso a essa cidade, outros fatores também ocorreram por aqui como a construção em 1965 da Ponte da Amizade que liga o Brasil e o Paraguai, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu que se iniciou na década de 1970 trazendo para esse município um total de quase 40.000 trabalhadores, ela foi inaugurada no ano de 1984. Essa drástica mudança no cenário territorial trouxe um cenário mais visível de periferias e da pobreza na cidade, pois quando acabaram as construções na década de 1980, muitas pessoas optaram em permanecer na região e muitas vezes optaram em trabalhar informalmente para garantir o sustento de suas famílias.

Também umas das construções que se destacam na década de 1980 é a construção da Ponte da Fraternidade que liga a Argentina e Brasil. Há também o reconhecimento das Cataratas do Iguaçu como umas das 8 maravilhas do mundo, e o Parque Nacional do Iguaçu como Patrimônio Nacional da Humanidade reconhecido pela UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

Segundo dados do último IBGE em 2010 o município possuía 256.088 habitantes, sendo sua maioria encontrava-se na zona urbana, a estimativa era que em 2018 chegasse a 258.823 habitantes. Foz do Iguaçu conta hoje com 80 etnias vivendo na cidade.

No município de Foz do Iguaçu, região de Tríplice Fronteira que é formado pelos países do Paraguai e Argentina e que se encontra grandes fluxos de migração e circulação de pessoas principalmente de População em Situação de Rua que em sua grande maioria só passa aqui na cidade para dormir uma noite e no outro dia segue seu destino, ainda não se encontram dados oficiais em relação a População em Situação de Rua, o que se tem oficialmente é a 2ª edição do Boletim da Vigilância Socioassistencial (INFORMATIVO Nº 002/2020) que referência sucintamente os dados pertencentes a esses cidadãos em situação de rua.

Elaborado pelo psicólogo Samuel Cabanha que atualmente é chefe de Divisão da Vigilância Sócio Assistencial na cidade de Foz do Iguaçu, esse boletim nos traz várias informações favoráveis para a implementação desse trabalho.

Esse Boletim Socioassistencial 2020, de Foz do Iguaçu segue a seguintes normas:

Assim, tomando como base o texto da NOB/SUAS de 2005 e da NOB/SUAS de 2012, o município de Foz do Iguaçu faz essa constante releitura, visando a complementação e a relação com outras normas no exercício dessa política. Com isso, o novo modelo de gestão estabelece, além de outras questões importantes na oferta da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, o aprimoramento no atendimento de contingências sociais de famílias e indivíduos. (BOLETIM DA VIGILANCIA SOCIO ASSISTENCIAL, 2020, p. 30).

Compreendendo que o trabalho cotidiano desses serviços para as Pessoas em Situação de Rua se caminha na seguinte lógica:

Nessa lógica, foi criado o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, cujo serviço é voltado para pessoas que têm a rua como referência e moradia, o qual busca a promoção da construção de novos projetos de vida e desenvolvimento de sociabilidades. O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua baseia-se em análise técnica das situações vividas pelas pessoas usuárias do serviço, a fim de possibilitar orientações e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais, sendo que a primazia do trabalho está centrada em contribuir na construção da autonomia, favorecendo a inserção social e a proteção nas situações de violência (BOLETIM DA VIGILANCIA SOCIO ASSISTENCIAL, 2020, p.31)

A população desse município segundo esse boletim (02/2020), atualmente conta-se com seguintes equipamentos: três (03) Casas de Passagem sendo elas: Casa de Passagem I Mao Amiga; a Casa de Passagem II sendo elas vinculadas a Secretaria da Assistência Social, e o Albergue Noturno Lar Esperança que é conhecida como a Casa de Passagem III é uma OSC (Organização da Sociedade Civil) mas recebe subsidio da prefeitura, além disso, se encontra o Serviço Especializado de Abordagem⁴ Social- SEAS e 1 (um) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua⁵-Centro-Pop.

⁴ Segundo a Resolução nº 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), o Serviço Especializado em Abordagem Social é o serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Para a compreensão e realização desse serviço, deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede

QUADRO 2:- Equipamentos que atendem a População em Situação de Rua em Foz do Iguaçu

Equipamentos	Nomenclatura	Capacidade	Localização
Centro de Referencia Especializado para População em Situação de Rua	CENTRO-POP	No primeiro atendimento pelo Centro Pop é feita uma triagem e o encaminhamento, conforme o perfil de cada pessoa.	Rua Monsenhor Guilherme, 527- Jardim São Paulo II.
Casa de passagem I	Casa de passagem Mao Amiga	Atende idosos, famílias ou mulheres com crianças.	RUA Henrique Alberto Pepin, 527 – Jardim São Paulo.
Casa de passagem II	Casa de passagem II	Atende somente o público masculino.	Rua Ângela Aparecida Andrade, 199 - Porto Belo.
Casa de passagem III	Albergue Noturno Lar Esperança	Atende homens e mulheres, com prioridade de vagas para migrantes e refugiados.	Rua Estanislau Ponte Preta, 264 - Jardim Ana Cristina.

FONTE: As autoras, 2021.

É habitual, os indivíduos que identificam estando em situação de rua, empregam meios de passar a noite distinto de quem tem moradia fixa para dormir toda noite, como: parques, espaços públicos, logradouros, essas paradas podem ser fixas ou apenas durarem uma noite.

A tabela 01 apresenta o número de Pessoas em Situação de Rua no período de 2018 e 2019, esse levantamento deu-se através da Vigilância Socioassistencial por dos Registros Mensais do Centro Pop.

TABELA 2 - Número de pessoas em situação de Rua em Foz do Iguaçu

de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (BRASIL, 2009, p. 31).

⁵ Segundo a Resolução nº 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), são usuários do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Esse serviço é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência e tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, 2009, p. 40).

MESES		Número de Pessoas em Situação de Rua	MESES	Número de Pessoas em Situação de Rua
2018	Janeiro de 2018	145	Julho de 2018	227
	Fevereiro de 2018	147	Agosto de 2018	198
	Março de 2018	180	Setembro de 2018	165
	Abril de 2018	168	Outubro de 2018	212
	Maio de 2018	186	Novembro de 2018	209
	Junho de 2018	179	Dezembro de 2018	204
2019	Janeiro de 2019	243	Julho de 2019	254
	Fevereiro de 2019	238	Agosto de 2019	265
	Março de 2019	216	Setembro de 2019	238
	Abril de 2019	232	Outubro de 2019	236
	Maio de 2019	241	Novembro de 2019	272
	Junho de 2019	224	Dezembro de 2019	270

Fonte: Centro POP (Foz do Iguaçu)
Elaboração: Divisão de Vigilância Socioassistencial – DVVSA (2020)

Essas informações relatam de maneira fragmentadas a quantidade de moradores em situação de rua na cidade de Foz do Iguaçu, sendo esses registros são apenas os que procuraram os serviços do Centro Pop de maneira espontânea ou que foram direcionadas pelo SEAS, ou através de demais serviços da Rede Socioassistencial.

Conforme os dados atualizados na 3 edição do Boletim Socioassistencial de janeiro de 2020 a fevereiro de 2021, a tabela 1 indica o número total de abordagens através de registros mensais que foram realizadas no período de janeiro de 2020 a fevereiro de 2021, e na tabela 2 o número de usuários que procuraram o Centro-Pop para buscar algum atendimento naquele espaço sendo no mesmo tempo de meses citado acima.

TABELA 3 - Abordagens do SEAS – janeiro de 2020 a fevereiro 2021.

Quantidade e perfil de pessoas abordadas pela equipe do Serviço de Abordagem, no mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
Pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, durante o mês de referência (TOTAL)	4.624	Masculino	153	138	2.994	334
		Feminino	101	71	762	71

Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, no mês de referência	Total	Média
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	430	15,36
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	1.775	63,39
Migrantes	631	22,54

Volume de abordagens realizadas	Total	Média
L.1. Quantidade total de abordagens realizadas (compreendida como número de pessoas abordadas, multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas durante o mês)	8.288	296,00

Fonte: Ministério da Cidadania (RMA)

Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/adm/rel_preenchidos_creas_agregado_mun.php?&menu=creas&ibge=410830#

TABELA 4 - Centro-Pop – janeiro de 2020 á Fevereiro de 2021

REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CENTRO POP (Agregado)							
Mês e Ano de Referência de: 01/2020 à 02/2021				Quantidade de Centro Pop: 1			
Município: FOZ DO IGUAÇU				UF: PR			
Bloco I - Acompanhamentos pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua							
Pessoas em situação de rua que atendidas no Serviço durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos (Total)	13 a 17 anos (Total)	18 a 39 anos (Total)	40 a 59 anos (Total)	60 anos ou mais (Total)
Quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas no mês de referência (TOTAL)	3.300	Masculino	67	12	1.626	951	165
		Feminino	40	8	256	160	15
Características específicas identificadas em pessoas atendidas no Serviço durante o mês de referência							
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas		Total	802	Média	57,29		
Migrantes		Total	446	Média	31,86		
Pessoas com doença ou transtorno mental		Total	283	Média	20,21		
Cadastramento de pessoas em situação de rua durante o mês de referência							
Pessoas que foram incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais, no mês		Total	73	Média	5,21		
Pessoas que realizaram atualização do Cadastro Único para Programas Sociais, no mês		Total	54	Média	3,86		
Volume total de atendimentos realizados no mês de referência							
Quantidade total de atendimentos realizados (compreendida como a soma do número de atendimentos realizados a cada dia, durante o mês de referência)		Total	16.249	Média	1.160,64		

Fonte: Ministério da Cidadania (RMA)

Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/adm/rel_preenchidos_centropop_agregado_mun.php?&menu=centropop&ibge=410830#

Quantificar a População em Situação em Rua no Brasil é uma tarefa difícil, por se tratar de indivíduos que mudam constantemente de lugar em lugar, mas podemos apontar que segundo a última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 2010 classificou dessa forma:

Gênero – a grande maioria é composta de homens, 82% e em sua maioria são de jovens, perfazendo 15,3% entre 18 a 25 anos, de 26 a 35 nos perfazem o quantitativo de 27%, a população feminina já representa um percentual menor de 18%, mas há uma particularidade que diferencia as mulheres é a idade elas são na maioria bem mais jovens que os homens a idade em situação de rua é de 18 a 25 anos.

Raça – a cor da pele é uma questão central População em Situação de Rua, 29,5% se declaram pardos, 27,9% autodenominam brancos e 27,9% pretos, então se somar os pardos e pretos temos um percentual de 57,4% bastante elevado para caracterizar o perfil dessa população tornando bem preocupante, pois vê-se mais uma vez a questão social, sendo colocado, e a falácia de que todos tem condições iguais, cai por terra, ela se mantém dividindo, estigmatizando, separando e principalmente segregando, a produção sendo social a apropriação dos ganhos são individuais e a população em situação de rua vive no dia a dia a desigualdade imposta pelo modo de produção capitalista em nossa sociedade.

Segundo SILVA 2009, alguns desafios encontram-se em como identifica-los, encontramos entre eles os trecheiros (aqueles que vivem de trecho em trecho, de lugar em lugar), os que se denominam “escondidinho” (são os que estão

no sistema prisional) e se misturam aos moradores em situação de rua, e os que vivem de albergue em albergue e os que vivem em logradouros públicos, viadutos, pontes entre outros, para cada um desses sujeitos tem de haver um olhar diferenciado por parte dos poderes públicos, não é por se tratar de um segmento desfavorecido que tem ser colocados todos no mesmo pacote, existem particularidades entre eles, são pessoas e para tanto precisa ser visto como tal, e não como um todo.

Como diz a autora Silva (2009), não temos como delimitar um perfil têm perfis, a heterogeneidade dessa população é caracterizada fundante de partida: as trajetórias, as biográficas os valores, os interesses, as origens de classe, a formação escolar, a orientação sexual e a religiosa. Entre tantas singularidades e subjetividades que fazem com que não seja um só grupo uma só categoria.

Nascimento (2000, p. 56), ele relata que a subjacente à indiferença não considera o sujeito em rua como igual, eles os veem como se pertence à outra espécie, que não há nada de similar entre o “ser” de rua e o ser social pessoas negadas em sua humanidade, “homens e mulheres que não são vistos como tais por seus semelhantes”. E talvez muitos desses sujeitos já não se sintam também como tais.

A População em Situação de Rua por terem esses rótulos é estigmatizada e dessa forma se apoderam desses estigmas das representações sociais a eles atribuída corroborando assim para ações meramente assistencialistas e de forma paliativa e não indo na raiz dos problemas, se eles não são ouvidos, não há como efetivar Políticas Públicas para esse segmento.

4.2 DESAFIOS DO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

São muitos os desafios para a construção da Política Pública para a população em situação de rua, apesar dos grandes avanços, permanecem muitos gargalos para efetivação desta política.

Um dos primeiros desafios que se apresentam é efetivar na prática o que é preconizado como princípios na Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, quais sejam:

I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; V – Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua (BRASIL, 2008, p. 14).

Para que esses princípios sejam materializados, faz necessário um olhar integral para as Populações em Situação de Rua, tanto no campo das necessidades físicas, mas também psíquicas. A intersectorialidade se faz imperativa para garantir uma assistência integral e eficaz.

Todavia, o que se apresenta na prática são serviços caráter paliativo, fragmentado, setorizado e, em especial, de higienização, por ser marcada pelo afastamento das pessoas do centro da cidade. Pode citar como exemplo, a localização do Centro Pop, conforme mapa destacado acima, para os moradores em situação de rua chegarem lá ou são levados pelos SEAS, ou vão caminhando pois é o meio do qual mais se utilizam, são 3,5km da Rodoviário de Foz do Iguaçu, ou 44 minutos de caminhada, e essas pessoas por muitas vezes estão sem ter tomado uma única refeição e tem de fazer esse trajeto para obter um atendimento.

Nesse sentido, parte-se do entendimento que a complexidade que envolve a população em situação de rua, exige do poder público uma visão integral e totalizante. Assim, responder às demandas desse segmento social implica desenvolver ações concretas relacionadas à garantia de seus direitos: sua condição humana, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano/habitação, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde e cultura (BRASIL, 2009). Portanto, é necessário superar as estruturas fragmentadas de organização da gestão dos serviços, pois nessas estruturas as demandas são esfaceladas.

Outro ponto importante a ser destacado como desafio, tem há ver com o número reduzido da equipe técnica que trabalham nos equipamentos de Assistência Social em relação à demanda. Por exemplo, o CREAS POP tem apenas dois Assistentes Sociais, e uma psicóloga, tornando o trabalho desses técnicos por vezes precarizados, principalmente no inverno, pois a demanda por atendimento tem uma elevação considerável, e as casa de abrigo sendo três no município também estão com seus quadros de técnicos reduzidos e em uma delas não tem

nenhum técnico responsável para dar continuidade aos encaminhamentos feitos pelo CENTRO POP.

O atendimento as pessoas em situação de rua requerem uma qualificação, conhecimento especializado em cada equipamento e do serviço prestadas, tendo em vista um atendimento mais integral. Destaca-se como desafio aos profissionais de Serviço Social uma compreensão da questão social, visto que a mesma lógica que produz riqueza produz a pobreza e a desigualdade, constituída na sociedade capitalista, e ao compreender essa questão mais abrangente e as especificidades da questão social em Foz do Iguaçu, em conjunto com a Secretaria da Assistência Social e as reuniões dos Conselhos juntamente com a participação da sociedade civil terão condições de elaborar e construir respostas para esse segmento populacional.

Em relação à qualificação, já foram feitos alguns esforços em Foz do Iguaçu na tentativa de qualificar os técnicos, todavia, enfatiza-se o alto grau de rotatividade e requer uma qualificação continuada. Em 2018, foi realizado em Foz do Iguaçu um fórum com o Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua (INRUA), juntamente com o Conselho Nacional de Direitos Humanos o primeiro seminário da Tríplice Fronteira, com o objetivo de aliar as Políticas Públicas para o município pontuando e debatendo e contribuindo para a construção ampliada do atendimento a população em rua no âmbito das Políticas Públicas.

Para isso foi pensado esses três (3) módulos considerando as especificidades da população em situação de Rua no Município de Foz do Iguaçu, por se tratar de uma região fronteira possui fluxo diferenciado e que se faz necessário compreender para assim efetivar as políticas públicas eficazes e a gestão pública assim terá como atender as demandas que se fazem necessárias a essa população.

A gestão ao entender essa demanda viu-se na necessidade de qualificação para assim desenvolver reflexões constantes do trabalho ofertado e dos resultados obtidos. Oportunizando a realização de um processo de formação, que, abrangerá três módulos.

- Módulo I – Formação de servidores de rede de atendimento à população em situação de rua;

- Modulo II – Capacitação de agentes da sociedade civil e servidores do município para formação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua (CIAMP) Rua municipal de Foz do Iguaçu;

-Modulo III- Produção de um diagnóstico sobre a rede de serviços de atendimento e perfil da população em situação de rua atendida no município, como instrumento para subsídio da confecção do Plano Municipal de Superação da Situação de Rua em Foz do Iguaçu.

Assim sendo constatada como necessidade fundamental por vários atores sociais, a transversalidade e a intersetorialidade exigem novos modelos na gestão dessas políticas públicas, agregando esforços no que tange os setores públicos como a sociedade civil, pois se não houver uma continuidade nas implementações dessas ações, viabilizando a promoção e o protagonismo desses sujeitos ficará difícil às alternativas concretas de saírem da situação de rua.

Outro desafio que se apresenta, é em relação aos dados para compor o perfil da População em Situação de Rua em Foz do Iguaçu. No contexto contemporâneo, sobretudo no período pandêmico, houve um crescimento considerável de pessoas em situação de rua. Todavia, não se tem um diagnóstico atual da População em Situação de Rua, como também o perfil desses sujeitos, pois se tem deparado com indígenas, migrantes, e refugiados como também a população flutuante (pessoas que alternam de lugar em lugar conforme datas, por exemplo, férias feriadadas prolongadas), acarretando assim medidas mais eficazes na saúde, habitação acesso ao emprego e renda.

Destaca-se também como desafio o olhar da sociedade civil em relação à População em Situação de Rua, que por falta de informações qualificadas, acabam tendo um olhar equivocado em relação a esse segmento. Nesse sentido, seria de suma importância à mobilização e a participação da sociedade para uma reflexão sobre uma cultura de defesa e garantia dos direitos humanos como palestras, rodas de conversas, pequenos eventos que já trariam maior envolvimento para se conhecer a real realidade dessas pessoas.

E por fim, destaca-se como um dos maiores desafios a ser conquistado, é dar voz a esses sujeitos, priorizando como sujeito de direito igual a qualquer individuo em nossa sociedade gerando as possibilidades de desvendar a realidade em que eles vivem suas contradições e conflitos, indo além do que está

aparente, e reconhecendo dialeticamente, pois a realidade está em constante movimento e transformação. Entende-se que o processo de construção de políticas públicas adequadas deve necessariamente incluir o respeito às especificidades e singularidades dos grupos. Tentar inserir esta população nos programas existentes sem a observação das limitações e possibilidades que muitos dos indivíduos que a compõem apresentam, pode tornar-se muitas vezes ineficaz, por isso é necessário dar voz e visibilidade a esse segmento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi construído nesse trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, sobre a População em Situação de Rua pode-se fazer algumas ponderações sobre o tema. A pesquisa teve como objeto o morador em situação de rua, entendido neste trabalho como uma face da questão social, na qual se observou, a partir do levantamento bibliográfico, que existem poucas publicações do serviço social que abordam o tema, e avalia-se que precisa ser melhor estudada pelo Serviço Social.

A População em Situação de Rua constitui-se em uma parcela da população que se encontra na pobreza e em vulnerabilidade social, pois além da pobreza ela carrega consigo o estigma de preconceitos. Pode-se afirmar que a População em Situação de Rua é uma manifestação e reflexo de uma sociedade contraditória marcada por contextos históricos de desigualdades e pauperização.

Estes grupos populacionais mesmo estando na faixa da idade economicamente ativa, em sua maioria não estão inseridos no mercado formal de trabalho, utilizando as ruas como forma de vender seus artesanatos, trabalhando de flanelinhas ou vivendo através da mendicância.

Faz-se necessário a ampliação e melhorias das Políticas Públicas voltadas para esse segmento, pois o que vemos é a cristalização da situação de rua (ou seja, um maior tempo de permanência nas ruas), causando um problema crônico, quase que irreversível agravada pela pobreza, sendo urgente a necessidade da criação de pautas nas discussões das Políticas Públicas nas três instâncias governamentais, pois são cidadãos portadores de Direitos e Cidadania e que necessitam serem visibilizados e ouvidos, bem como tratados com a devida dignidade tanto pela sociedade como pelo Estado.

O Serviço Social é uma profissão que tem a premissa para atuar nas Políticas Públicas exercendo funções nos projetos e serviços e ações que serão desenvolvidas junto aos usuários, o trabalhador em Serviço Social consegue desenvolver seu trabalho pautado no Código de Ética e no projeto Ético Político, firmados nos parâmetros do seu conhecimento técnico- operativo, teórico metodológico. O trabalho desenvolvido pelo Assistente social é para dar atendimento adequado a cada indivíduo de acordo a sua particularidade, através da

leitura da realidade cultural, política e econômica que o indivíduo possui, sem discriminação étnica, racial, cultural e de gênero, pois o Assistente Social é um profissional capacitado a garantir os direitos de cada indivíduo, pois ele atua na defesa intransigente dos direitos sociais, a fim de garantir a quem dele precisa.

O trabalho dos assistentes sociais ganha materialidade, ao proporcionar a ampliação de acesso aos direitos (via serviços públicos). Tendo em vista a recente luta de melhorias e direitos voltados a esse segmento populacional, e não difícil de ver esses direitos sendo violados tanto pelo poder público como com a participação ou aprovação da sociedade civil.

Observa-se um avanço nas Políticas Públicas voltadas a esse segmento populacional, mas ainda há muito a ser conquistado. Destacam como desafios na implementação de políticas públicas voltados para os moradores em situação de rua: a ausência de um diagnóstico do perfil dessa população que subsidiem Políticas Públicas apropriadas para esse segmento; as condições de acessibilidade do Centro POP, que deveria ser próximo ao Centro da cidade e estão localizadas em bairros bem distantes do Centro.

A falta de qualificação continuada dos trabalhadores da rede de atendimento contribuindo para uma melhoria da eficiência, eficácia e efetividade (SECCHI, 2012), das políticas públicas voltadas o atendimento da população em situação de rua, estando de acordo com a Política Nacional de Capacitação do SUAS9PNC/SUAS SNAS 2011, p 16). A carência da transversalidade e a intersectorialidade das Políticas Públicas o que acarreta em políticas fragmentadas e descontínuas; destaca-se também como desafio o olhar da sociedade civil em relação a população em situação de rua, que por falta de informações qualificadas, acabam tendo um olhar equivocado em relação a esse segmento. E por fim, destaca-se como um dos maiores desafios a ser conquistado, é dar voz a esses sujeitos, priorizando como sujeito de direito igual a qualquer indivíduo em nossa sociedade.

Assim, através deste trabalho apontam-se algumas alternativas, que se entende serem ações importantes para se vislumbrar Políticas Públicas mais eficientes e eficazes:

- Ampliar estudos e análises que subsidiem as Políticas Públicas de forma qualificada, evidenciando as particularidades da fronteira.

- Ampliar os equipamentos e melhorar a acessibilidade deles em Foz do Iguaçu;
- Subsidiar qualificação continuada para os trabalhadores da rede de atendimento contribuindo para uma melhoria da eficiência, eficácia e efetividade das ações;
- Efetivar a transversalidade e a intersetorialidade das Políticas Públicas para que os serviços e ações possam ter continuidade;
- Criar canais de participação com os Moradores em Situação de Rua, que possibilitem esse segmento a terem voz na implementação de Políticas Públicas;
- Criar canais de diálogo com a sociedade civil para que possam ter melhor entendimento em relação a população em situação de rua.

A competência deste trabalho, em que pese seus limites, objetivou contribuir para debate acadêmico científico sobre políticas públicas e população em situação de rua, através da produção de novos conhecimentos sobre objetivando subsídios para futuras formulações de Políticas Públicas voltadas para esse segmento. Vale ressaltar que o estudo se configurou como pioneiro em Foz do Iguaçu, tendo em vista que há um número muito reduzido de estudos produzidos pelas Ciências Sociais Aplicadas sobre voltada para esse tema.

Embora possam ser compatibilizados diversos estudos sobre esse segmento, vale também ressaltar a predominância das abordagens antropológicas cujo mérito é indiscutível. No entanto, a carência de estudos sobre as condições de acesso a bens e serviços sociais e Políticas Públicas voltadas para esse segmento é notória. Assim, a pesquisa visou contribuir, bem como avançar em estudos que priorizem as Políticas Públicas na área de Assistência Social e mais especificamente voltada para esse segmento.

No que concerne aos resultados qualitativos na vida acadêmica do pesquisador de iniciação científica, destaca-se: a) a apreensão de novos conhecimentos sobre essa face da questão social que são os moradores em situação de rua; b) a instrumentalização do pesquisador de iniciação científica para elaboração de pesquisa documental; c) a possibilidade de mediação entre os conhecimentos adquiridos no processo de estágio e a pesquisa teórica realizada no TCC.

Nesse sentido, reafirma-se que o compromisso ético-político com as Populações em Situação de Rua de produzir conhecimento sobre as mesmas com a finalidade de subsidiar elementos para a estruturação Políticas Públicas coerentes com a realidade local. A “questão social” se apresenta para os indivíduos em situação de rua em forma da pobreza, da desigualdade social da exclusão social, tornados cada vez mais debilitados. Precisamos criar alternativas concretas para o enfrentamento das necessidades desse grupo populacional, pois se sabe que o cerne dessa problemática está na criação e efetivação de políticas públicas eficazes, proporcionando protagonismo a esses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], n. 19, p. 71-94, nov. 2002. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782002000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/cqQdQF55TQF3Gb55DQqW4wc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO: ensaio sobre as metamorfoses a centralidade no mundo do trabalho**, 15 edição. São Paulo: Cortez, 2011. pp .2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boi tempo, 2003. 264 p. BRASIL,

AXE, Egidia; M. Almeida; LOPES, Claudenice Rodrigues; MORELLI, Fatima L.; OLIVEIRA, Mariana D. de Sena; RODRIGUES, Samuel; SANTOS, Soraya Romina. **Reflexões sobre a política municipal para a população em situação de rua de Belo Horizonte**. Pensar BH/Política Social, nº 29 - julho de 2011. Belo Horizonte. Prefeitura de Belo Horizonte/Câmara Intersectorial de Políticas Sociais.1. Política Social 2. Administração Pública 3. Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3280335-Prefeito-marcio-lacerda.html>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BORGES, Vavy Pacheco. **Anos trinta e política. História e historiografia**. In: FREITAS, Marcos César. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo**. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003. v. 1. 297 p.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. Ed. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.009, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10009.htm. Acesso em: 04 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009**. Brasília. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório Final. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua**. Volume I

– Metodologia. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS Brasília: MDS/META, mar. 2008.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009.** Sessão 25 novembro de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 novembro 2009.

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf .

Acesso em 31 jul. 2021.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.** Brasília: Garamond, 2000.

CABANHA, Samuel. **Boletim da Vigilância Socioassistencial 3ª Edição Informativo nº 003/2021 DADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS) JANEIRO DE 2020 a FEVEREIRO DE 2021** – Foz do Iguaçu-Pr, 2021.

CABANHA, Samuel. **Boletim da Vigilância Socioassistencial. Panorama da Assistência Social do Município de Foz do Iguaçu: atendimento e acompanhamento realizado pela rede Socioassistencial durante o ano de 2018.** – Foz do Iguaçu-Pr, 2019.

CABANHA, Samuel. **Boletim da Vigilância Socioassistencial. Panorama Municipal da População em Situação de Rua. 2ª Edição.** Informativo 002 2020 – Foz do Iguaçu-Pr, 2020.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998. – (Coleção textos do tempo).

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEL ROIO, Marcos. **O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo.** São Paulo: ícone. 1997.

DEMO, Pedro. **Charmes da Exclusão: polêmicas do nosso tempo.** São Paulo: Editora Autores Associados, 1998. 126 p.

DEMO, Pedro. **Participação e conquista- Noções de políticas sociais participativas.** São Paulo: Cortez, 1999.

FONSECA, Zilma. TEIXEIRA, Mirna. **Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas / organização.** 1. ed. - São Paulo: Hucitec, 2015. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/SaberesePraticasn aAPS.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivani. Metodologia da pesquisa educacional. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789 – 1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1977].

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

IANNI, Octavio. **A questão social**. setembro, outubro e novembro. Revista USP, 1989.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Brasil de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População em situação de rua: relatório do teste-piloto**. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2014.

IPEA- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA –**ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (SETEMBRO DE 2012 A MARÇO DE 2020)**, número 73, junho, 2020. Brasília: IPEA, 2020.

LAKATOS, E, M. MARCONI, M.A. **Fundamentos metodologia científica**. 4 edições. São Paulo. Atlas. 2001.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da Exclusão Social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. 3. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/694/1/2012_LIV_MESB.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

MARICATO, Erminia. Exclusão social e reforma urbana. **Proposta**: Experiências em Educação Popular - Crise Urbana, Botafogo, Rio de Janeiro, v. 62, p. 51-56, jul. 1994. Trimestral. Revista trimestral de debate da FASE. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Proposta-Revista-Trimestral-de-Debate-da-Fase-n%C2%BA-62-1994-09.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

MARTINS, José de Souza. **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo:Hucitec, 1991.

MARTINS, Lavínia R. Martins; RUSCHMANN, Doris V. de Meene.

Desenvolvimento Histórico Turístico Estudo de Caso: Foz do Iguaçu – PR.

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2010. Disponível em :

https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/05/Desenvolvimento%20Historico%20Turistico%20Estudo%20de%20Caso%20Foz%20do%20Iguacu.pdf. Acesso em: 04 ago. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução: Reginaldo Sant 'Anna. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988a. Livro 1, v.1.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução: Reginaldo Sant 'Anna. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 1988b. Livro 1, v.2.

MNPR. Movimento Nacional da População em Situação de Rua. **Cartilha de Formação do Movimento Nacional de Rua**, 2010. Disponível em:

<http://www.polis.org.br/uploads/887/887.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (comp.). Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade. *In*: DOWBOR, Ladislau (org.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 43-58.
NASSER, Ana M. Arantes. **Sair para o mundo, trabalho, família e lazer na vida de excluídos**. Editora Huciter, São Paulo, 2011.

NETTO, José Paulo. CINCO NOTAS Á PROPOSITO DA “QUESTAO SOCIAL”.

Temporalis, Brasília, 2001. Disponível em:

http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 03 ago. 2021.

OLIVEIRA, Paulo Sales de (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. Editora Hucitec: São Paulo, 1998.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**.

2009. 362 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília. Brasília 2009.

Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4274/1/2009_RafaelGuerreiroOsorio.pdf.

Acesso em: 10 ago. 2021.

PRADO JR. Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 2000.

RAMALHO, Francisco Leonardo Macêdo Tavares. **Exclusão social no município de Aurora**. 2013. 42 f. TCC (graduação em Ciências Econômicas) - Orientador: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/32532>. Acesso em: 18 mai. de 2021.

RIO, João do. **A Rua**. MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000039.pdf>. acesso em: 09 de set. 2021.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro. FGV.2003.

SECCHI.L políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análises. Caos práticas São Paulo:**CENGAGE Learning**:2012.

SILVA, Maria Lucia Lopes Da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua 1995 a 2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília - Df, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SODRÉ, NELSON. WERNECK. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

TRIVIÑOS, AUGUSTO.N. SILVA. **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas, 1987.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. Trad. Lígia Osório Silva. Revista "Crítica Marxista", São Paulo, n. 10, ano 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e Assistência Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.